Anexo 3

Notas Taquigráficas das Audiências Públicas do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Esta reunião objetiva a realização de audiência pública referente à Convenção-Quadro sobre o Controle do Tabaco.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, que também seja convidada a Srª Conselheira Mariângela Rebua de Andrade Simões, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, para que participe desta audiência representando o Ministério das Relações Exteriores.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Damos as boas-vindas ao Dr. Humberto Costa, Exmº Sr. Ministro da Saúde.

Convido a Conselheira Mariângela Rebua de Andrade Simões, Chefe da Divisão dos Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, para estar aqui à Mesa.

Passamos, agora, à audiência pública relativa à Convenção-Quadro.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senador Fernando Bezerra é o Relator desta matéria e pede pela ordem para fazer uma comunicação, antes de ouvirmos o Ministro Humberto Costa e todos os convidados que vou listar daqui a pouco.

Senador Fernando Bezerra, eu gostaria, primeiramente, de listar todos os convidados para a nossa reunião.

Já estão à Mesa o Dr. Humberto Costa e a Conselheira Mariângela Rebua de Andrade Simões, esta, representando o Ministério das Relações Exteriores.

Realizaremos, hoje, a audiência pública, em decorrência de requerimentos dos Senadores Sérgio Zambiasi, Rodolpho Tourinho e também de minha autoria, para ouvirmos, sejam os representantes de produtores de tabaco, sejam também aquelas diversas entidades representantes de Associações de Oncologia e médicos, de tal maneira que possamos ouvir os mais diversos pontos de vista a respeito deste importante acordo.

Lerei a lista de nossos convidados.

Srª Margareth Matos, Promotora do Ministério Público do Estado do Paraná, indicada pelo Dr. Drauzio Varella.

Drª Tânia Cavalcante, Chefe da Divisão de Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer, que está representando o Dr. José Gomes Temporão, Diretor-Geral do Inca.

Sr. Wilson Rabuske, do Movimento dos Pequenos Agricultores, representando o Dr. Roberto de Almeida Gil, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Drª Nise Hitomi Yamaguchi, Presidente da Sociedade Paulista de Oncologia Clínica.

Dr. Adib Jatene, que havia indicado o Dr. José Rosemberg, mas que indicaram ambos a Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, do Projeto Esperança/ Co-Esperança.

Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Farsul – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, representando o Sr. Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. O senhor está presente? Carlos Rivaci Sperotto.

Sr. Ezídio Pinheiro e Sérgio de Miranda, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Rio Grande do Sul – Fetag.

Sr. Heitor Álvaro Petry, Presidente da Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, representando Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Farsul.

Sr. Antoninho Rovaris, Presidente da Fetaesc – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina.

Sr. José Zeferino Pedroso, Presidente da Faesc – Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Fulbra – Associação dos Fuimicultores do Brasil, representando o Sr. Ademir Müller, Presidente da Fetaesp – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Esta audiência tem como objetivo a oitiva das autoridades e profissionais de Saúde e dos representantes da cadeia produtiva do fumo, no sentido de conceder a oportunidade de se manifestarem acerca do impacto para os setores do Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, que tramita nesta Comissão, além de orientar os membros desta Comissão sobre as implicações políticas, econômicas e sociais do projeto, objeto dos Requerimentos nºs 26 e 27, de 2004, aprovados em 26 de agosto de 2004.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, Relator designado para o projeto.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, Sr. Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, demais autoridades, representantes do Ministério das Relações Exteriores, empresários, Srªs e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, fui designado por V. Exª Relator desta matéria, que trata de apreciar o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que tem o nº 1.281, de 2004, na Câmara dos Deputados, e que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

Trabalhei intensamente na apreciação da matéria e cheguei praticamente à conclusão em um parecer em que me manifesto, em princípio, de forma favorável.

Entretanto, em respeito a essa audiência pública, quando aqui serão ouvidos todos os interessados da matéria – e eu não os vi –, estive conversando particularmente com o pessoal da área de Saúde, com aqueles

que estão envolvidos na questão do combate ao câncer no Brasil. Essa matéria me sensibiliza bastante, tem amplas implicações de ordem econômica. Isso tem que ser levado em consideração também, apesar da compreensão da gravidade da questão. Isso porque duzentas mil pessoas morrem de câncer no Brasil.

Vou pedir a V. Exª que permita que eu apresente o parecer em outra oportunidade, após esta audiência, exatamente em respeito às pessoas que aqui vieram discutir essa matéria.

Além do mais, Sr. Presidente, encontro-me em uma situação extremamente delicada. Sabe V. Exª que sou o Líder do Governo no Congresso Nacional. E o Congresso Nacional se reunirá agora para apreciar matérias relativas a créditos, matérias que são importantes para o Governo. O Sr. Ministro da Saúde sabe disso e tem interesse em alguns créditos que estão em discussão no Congresso Nacional. Assim, peço sinceras desculpas a todos os convidados. Minha assessoria vai permanecer aqui, acompanhando detalhadamente todo o decorrer da discussão, que certamente virá enriquecer o parecer, que posteriormente apresentarei nesta Comissão.

Com essas palavras, Sr. Presidente, peço licença a V. Exª para me retirar. Espero que entendam que não se trata de desrespeito, mas o Parlamento, às vezes, caminha de forma desorganizada. Tenho o dever agora, como Líder do Governo, de estar no Congresso, mas gostaria muito, como Relator dessa matéria, de acompanhar os trabalhos aqui. Mas tenho que fazer uma opção. É muito importante a matéria que o Congresso vai apreciar e aqui também há um debate que reputo da maior importância. Vou deixar assessores para acompanhar o debate, que certamente vai contribuir para que eu possa emitir um parecer, que será apreciado em outro momento pela Comissão de Relações Exteriores.

Era isso, Sr. Presidente.

Peço licença a V. Exª para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quando V. Exª me informou, pela manhã, que considerava importante ouvir as partes que aqui estariam prestando seus esclarecimento, considerei também que seria de bom senso que V. Exª aguardasse todo o debate, para então completar o seu parecer

Poderemos, em princípio, estabelecer para a próxima semana, quando houver reunião deliberativa, a colocação da matéria em pauta. Isso porque até lá V. Exª terá tido a oportunidade de examinar, inclusive todas as notas taquigráficas de tudo que foi exposto nesta audiência pública.

Dessa forma, iremos levar em consideração o ponto de vista dos mais diversos segmentos, que hoje foram ouvidos aqui da forma mais democrática possível.

Agradeço a V. Exª, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Quero assumir um compromisso aqui. Estamos num processo parlamentar muito ativo e em vésperas de eleições. Eu queria que houvesse compreensão de V. Exª com relação a esse aspecto. E o meu compromisso é no sentido de fazer tudo o

mais rapidamente possível. Formado um juízo de valor sobre as questões que estão sendo colocadas aqui, eu trarei o parecer para esta Comissão apreciá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Isso é mais do que justo e será por todos nós compreendido e respeitado, Senador Fernando Bezerra.

Passamos a palavra ao Exmº Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, a quem agradecemos pela presença.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Quero apenas salientar a V. Exª – sei que a reunião é muito importante, está aqui o Ministro, está aqui praticamente todo o Brasil – que, ali, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está-se fazendo um acordo em torno de uma matéria da maior importância, que, talvez, seja até votada hoje à tarde. Por isso observe V. Exª que não há nenhum Senador aqui, porque praticamente todos os Senadores estão sendo convocados para a reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Trata-se exatamente do entendimento sobre o acordo da biossegurança. Tenho de ir para lá, porque sou membro daquela Comissão. Se eu não votar a matéria, vão cobrar de mim o porquê de eu não ter votado.

A reunião está aí, uma linda reunião. Todos vieram de fora. Já vi que o Ministro está todo empolgado para começar, mas é delicado o fato de estarmos discutindo aqui e lá, na outra Comissão.

Por isso, aliás, quero dizer ao Ministro José Dirceu e a todos os Senadores que estão aqui – até há dez minutos, havia oito Senadores na reunião – que os Senadores ausentes estão lá, na outra comissão. Haverá um amplo debate e talvez se esteja chegando a um acordo sobre uma matéria da maior importância. Eu até vou ter de pedir desculpas, mas terei de ir lá, porque, se eu não votar, vou ter de explicar por que não votei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Pedro Simon, estou percebendo o impasse que estamos vivendo, mas todos hão de convir que pessoas vieram aqui de muitos lugares do Brasil para esta reunião. É importante o diálogo entre os que vieram, inclusive dos produtores de tabaco e daquelas pessoas que têm muita preocupação com respeito à questão da saúde. A oportunidade do encontro dessas partes também é muito importante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O que é importante é não ter nenhum Senador assistindo. Isso é trágico!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É trágico, mas deverão os Senadores ter a oportunidade de examinar o que for registrado. As notas taquigráficas existirão. A reunião está sendo gravada para ser transmitida e para o conhecimento dos Srs. Senadores, e não será tão fácil trazer todas as pessoas de novo para este encontro tão positivo. Quem sabe! Se, daqui a pouco, houver acordo, V. Exª e os demais Senadores voltarão ao convívio deste encontro tão importante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V. Exª entende a minha saída?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Com certeza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A tranqüilidade é que não haverá votação, até por que não há nenhum Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Dada a decisão do Senador Fernando Bezerra, o parecer será objeto de debate com os subsídios que aqui serão trazidos pelos presentes, mas, certamente, conforme o Senador Fernando Bezerra disse, todos os subsídios aqui colocados serão considerados por ele e, obviamente, pelos demais Senadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Peço licença, espero poder voltar, mas preciso dar o meu voto na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem. Obrigado.

Concedo a palavra ao Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores presentes, demais integrantes desta audiência pública, quero, primeiramente, louvar a iniciativa da Comissão de Relações Exteriores em realizar esta audiência pública até para que possamos claramente colocar o que de fato estabelece o contraditório, neste momento, em nosso País, e deixar absolutamente claro o que de fato é objeto da discussão, que é trazer o debate no que diz respeito à Convenção como um todo. Então, eu queria, inicialmente justificar a necessidade de o Congresso Nacional brasileiro ratificar.

É importante dizer que a Convenção-Quadro começou a ser elaborada a partir de 1999, quando 122 países demandaram à Assembléia Nacional Mundial da Saúde a negociação de um tratado internacional para o controle do tabaco. Por que, isso? Porque o tabagismo, hoje, é reconhecido, sem qualquer grau de contestação, como uma doença crônica, na verdade, uma dependência que está incluída inclusive no Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde. É comprovadamente, por estudos científicos os mais diversos, um fator de risco para doenças graves e fatais como o câncer, as doenças cardiovasculares, enfisemas e outras. A comprovação científica de que o tabagismo passivo, ou seja, as pessoas que convivem com fumantes, faz com que essas pessoas tenha aumentados os riscos de câncer, infarto, infecções respiratórias e outros agravos, de que o tabagismo passivo é considerado risco ocupacional e que o tabaco mata por ano 5 milhões de pessoas no mundo, sendo que no Brasil 200 mil morrem anualmente. O tabagismo agrava a fome, a pobreza e dificulta o desenvolvimento sustentável, porque ele se concentra na população de baixa renda e de baixo nível de escolaridade. Hoje, dos 1,3 bilhões de fumantes no mundo, 80% deles estão em países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos já criaram um esforço importante para estabelecer a redução do consumo e é uma dependência que leva os chefes de família, principalmente aquelas de baixa renda, a substituírem a aquisição do alimento e de outros produtos essenciais pelo consumo de cigarros.

Hoje, por exemplo, há estudos que demonstram que num país pobre como Bangladesh, se as pessoas deixassem de fumar haveria 10 milhões a

menos de pessoas desnutridas por conta do desvio do recurso que sai do consumo para a aquisição de cigarros. E, em muitos países, inclusive no Brasil, é mais barato comprar cigarros do que comprar muitos alimentos. É por conta dessa realidade que instituições internacionais, algumas delas, digamos, inquestionáveis do ponto de vista do seu compromisso com o sistema capitalista, entre elas o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outras instituições das Nações Unidas, têm desenvolvido ações para que tenhamos uma redução do consumo do tabaco em nível internacional. Inclusive, um dos estudos mais profundos sobre a vinculação pobreza e consumo de tabaco foi desenvolvido pelo Banco Mundial e apresentado o ano passado aqui, no Congresso Nacional. Uma outra constatação é que o tabagismo é também uma doença pediátrica. Noventa por cento dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos de idade. A idade média de iniciação acontece aos 15 anos e, no mundo, 100 mil jovens começam a fumar a cada dia. Desses 100 mil, 80% vivem em países pobres. Portanto, o tabagismo, hoje, é claramente uma doença da pobreza também.

Quais são os determinantes da expansão do tabagismo? Primeiro, as estratégias da indústria do tabaco, que se valem, primeiro, da garantia de fácil acesso aos jovens. No Brasil, apesar de tudo que tem sido feito para impedir esse acesso, ainda é um acesso fácil, algumas empresas utilizam-se inclusive de eventos que elas organizam para tentar estimular o consumo de cigarros, contratam monitores, jovens monitores que são encarregados de propagar nas escolas as “benesses” do consumo do cigarro. Segundo, o fato de que temos, no Brasil, o sexto preço mais barato de cigarros no mundo inteiro. A outra ação que a indústria do tabaco desenvolve é a publicidade e a promoção, que, no Brasil, graças inclusive ao Congresso Nacional, hoje passa por um processo de restrição quase que absoluta. Outro, o mercado ilegal, a produção clandestina, o contrabando e o *lobby*, naturalmente. Isso gera para o País, para o mundo um grave problema de saúde pública, porque todas essas ações ou essa situação levam a um estímulo à iniciação e dificultam a cessação de fumar.

Para dar alguns exemplos de como essa publicidade atuava no período em que tínhamos no Brasil ainda a possibilidade da publicidade, da promoção do consumo do cigarro. Por exemplo: minha cabeça está aberta 24 horas por dia para grandes saques e depósitos interessantes. Acho a vida muito boa para ser levada a sério, é só uma questão de escolha.

Vemos que tudo é dirigido para jovens, adolescentes e isso faz parte de uma estratégia muito bem trabalhada e muito bem bolada.

Em outros casos, como, por exemplo, a venda de cigarros em máquinas associada a outros produtos como refrigerantes, biscoitos, etc; tudo isso não é uma estratégia não pensada. Faz parte de uma estratégia elaborada, pensada, produzida, avaliada sobre como poder influenciar os jovens para o consumo do cigarro.

Para isso basta analisarmos alguns textos que as próprias companhias de cigarro têm elaborado. Por exemplo, em relação aos jovens, a RJ Reynolds, em 1975, os jovens representam um negócio de cigarros amanhã. À medida que o grupo etário de 14 a 24 anos amadurece, ele se

tornará parte chave do volume total de cigarros, no mínimo, pelos próximos 25 anos.

A Philip Morris em 1957: atingir o jovem pode ser mais eficiente, mesmo que o custo para atingi-lo seja maior, porque eles estão desejando experimentar, têm mais influência sobre os outros da sua idade e do que eles terão mais tarde e porque são muito mais leais à sua primeira marca.

A globalização da economia expandiu, funcionou como potencializador da expansão do tabaco. Como isso tem acontecido? Nos países desenvolvidos, graças às ações legais e às ações do sistema de saúde pública, o consumo vem caindo. No entanto, o consumo vem crescendo nos paises em desenvolvimento, nos países pobres. Então, o que temos visto é uma expansão da indústria do tabaco exatamente para aqueles países em processo de desenvolvimento ou países pobres efetivamente, em que as grandes transnacionais migram para esses países porque neles há poucas restrições, a mão-de-obra é barata e sua população, em sua maioria, é jovem. E essas estratégias para expansão são transnacionais, que restringem a capacidade dos paises de regular o tabaco por medidas que sejam unicamente nacionais ou medidas domésticas. Portanto, o que vemos é que a estratégia hoje de globalização parte para explorar esse mercado dos países mais pobres.

E aí estão exemplos de globalização das propagandas, no esporte, principalmente, na moda, na atividade cultural e a propaganda subliminar. Hoje, há vários estudos demonstrando que a indústria do tabaco tem financiado produções cinematográficas, inclusive para o simples fato de que o artista apareça fumando como forma de estimular ou de procurar uma emulação da conduta.

Globalização e a expansão do consumo do tabaco. Vamos ver aqui o que mais recentemente elas têm dito. O consumo de tabaco nas nações desenvolvidas seguirá uma tendência de redução até o final do século, ao passo que nos países em desenvolvimento o consumo poderia aumentar em 3% ao ano, um quadro verdadeiramente promissor. Não deveríamos estar deprimidos somente porque o mercado total do mundo livre parece diminuir. Dentro do mercado total existem áreas de sólido crescimento, particularmente na Ásia e na África. Existem grandes oportunidades de aumentar a nossa participação no mercado em algumas regiões da Europa, indústria sistematicamente rentável, e há oportunidades de aumentar ainda mais essa rentabilidade.

Próximo. Mais ainda, a média de expectativa de vida em relação a Burquina Faso em 1988, é 40 anos; a mortalidade infantil é alta; os problemas de saúde que alguns dizem serem causados por cigarros não serão percebidos como um problema. Esse é um mercado com enorme potencial, o índice de crescimento demográfico é 2,2% ao ano, e 40% da população são menores de 18 anos.

Próximo. Bom, o que tem acontecido, de fato, com a expansão do consumo do tabaco no mundo? Ela tem aumentado. No entanto, tem aumentado às custas dos países em desenvolvimento. Dos países em desenvolvimento com maior expressão, a China é aquele com o maior peso,

onde, nos últimos anos, aumentou em 8% o consumo do tabaco. Hoje, mais de 35% do consumo mundial são de responsabilidade da China, que não só assinou a Convenção-Quadro do Tabaco, como vem iniciando medidas exatamente para conter o consumo. Isso deve ter um impacto importante no consumo mundial. Outros países importantes: Indonésia, Síria e Bangladesh.

Hoje, a OMS estima que, com a ampliação de consumo de tabaco em termos internacionais, concentrada nos países em desenvolvimento, daqui a 10 anos, deveremos dobrar o número de pessoas mortas anualmente por doenças geradas pelo consumo do tabaco; portanto, 10 milhões de mortes ao ano e 70% delas concentradas nos países em desenvolvimento.

Bom, diante desse quadro, houve uma reação mundial para construir um tratado de saúde pública da história da humanidade. Essa Convenção foi negociada durante quatro anos por uma comissão encabeçada o tempo inteiro pela representação diplomática do Brasil.

No primeiro momento, pelo atual Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; no segundo momento, pelo nosso representante, Embaixador em Genebra junto à Organização das Nações Unidas, Seixas Corrêa. Hoje, a coordenação ainda está a cargo do Embaixador Seixas Corrêa, Presidente da Comissão Intergovernamental para Implementação da Convenção-Quadro. Essa Convenção foi aprovada, por unanimidade, na Assembléia Mundial da Saúde no ano passado.

O objetivo da Convenção é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco. Reduzir, de maneira contínua e substancial, a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco. Portanto, esses são os objetivos da Convenção. Procura-se vender a idéia de que o objetivo da Convenção é erradicar a produção do tabaco como sendo o eixo principal. Não é isso. O eixo é que possamos proteger as gerações futuras das conseqüências do consumo do tabaco e, ao mesmo tempo, reduzir o consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

Então, estão aqui os diversos pontos que compõem a Convenção-Quadro: introdução, objetivo, princípios norteadores, medidas relacionadas à redução da demanda, medidas relativas à redução da oferta, proteção ao meio ambiente, questões relacionadas à responsabilidade civil, cooperação científica e técnica e comunicação da informação, mecanismos institucionais e recursos financeiros, solução de controvérsias, desenvolvimento da Convenção-Quadro e disposições finais.

Medidas relacionadas à redução da demanda. Várias delas já compõem a legislação brasileira. É importante dizer, Senador Eduardo Suplicy e Parlamentares presentes, que a grande maioria dos aspectos que compõem a Convenção-Quadro do Controle do Tabaco já existem na legislação brasileira; fazem parte da nossa legislação e de ações que o Governo vem desenvolvendo, medidas relacionadas a preços e impostos. O Governo, no ano passado, aumentou em 20% o imposto para o cigarro, elevando o preço do cigarro nesse montante.

Já estamos desenvolvendo um estudo, juntamente com a Secretaria da Receita Federal, para calcular uma margem segura dentro da qual possamos aumentar o preço sem estimular o contrabando nem a produção ilegal. Além disso, a Secretaria da Receita Federal e a Polícia Federal têm desenvolvido ações importantíssimas para conter a produção ilegal e o contrabando, envolvendo, inclusive, entendimentos com governos fronteiriços ao nosso, com países que fazem fronteira com o Brasil.

Proteção contra a exposição à fumaça de tabaco: todo o arcabouço legislativo brasileiro já garante as condições para que isso aconteça. Cabe aos municípios e aos estados o efetivo cumprimento dessa lei.

Regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco: isso, também, a Anvisa fez e continua a fazer em nosso País.

Regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco: isso também a Anvisa, o Ministério da Saúde e os meios de comunicação têm feito.

Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco: o Brasil já tem uma legislação muito dura em relação a essa questão.

Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público: isso já é feito rotineiramente por meio de ações na área de educação, da própria área da saúde e dos meios de comunicação.

Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco - o Brasil tem, também, uma das leis mais avançadas em relação a isso.

Medidas de redução de demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco: também estão na legislação brasileira.

Ora, na verdade, nós estaremos ratificando aquilo que nós já estamos praticando há muito tempo. Portanto, de onde vem essa postura de disseminar um verdadeiro terrorismo na sociedade brasileira quanto às repercussões que a implantação e a ratificação da Convenção-Quadro irão trazer ao nosso País? Esse temor é absolutamente infundado.

Pode passar.

Aonde é que a coisa está pegando? Quando nós discutimos as medidas relacionadas à redução da oferta de tabaco. Comércio ilícito de produtos de tabaco: o Brasil está combatendo, inclusive, em diálogo com a própria indústria. Eu já tive a oportunidade de, mais de uma vez, receber representantes da indústria do tabaco para discutir ações que evitem o contrabando e a produção ilegal.

Venda a menores de idade e por eles: isso é contemplado pela legislação civil brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente**.**

Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis: vamos colocar a questão nos devidos termos.

A implantação da Convenção-Quadro, com todos esses aspectos que nós listamos, vai levar, necessariamente, a uma redução do consumo de tabaco no mundo. As medidas que a China – hoje, o maior consumidor de tabaco internacional – começa a adotar vão reduzir, significativamente, o consumo do tabaco no mundo, o que significa que esse é um mercado em processo de diminuição. Ainda que hoje haja uma expansão e, até 2010, as

previsões são de que possa haver uma expansão, a médio e longo prazo, esse é um mercado em retração.

A Convenção-Quadro colocou o art. 17. Vou ler esse artigo para que nós saibamos o que nós estamos discutindo. Esse artigo diz, claramente, o seguinte:

"Art. 17 – As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais, internacionais e regionais competentes, promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte."

Antes de ser um artigo para prejudicar o pequeno agricultor e o pequeno varejista, é um artigo para protegê-los, para que, quando as repercussões da redução do consumo do tabaco, em nível internacional, começarem a atingir o pequeno produtor ou o pequeno comerciante, os governos tenham a responsabilidade de viabilizar alternativas que sejam economicamente viáveis e lucrativas na mesma dimensão que a atividade da produção do tabaco. Esse é o objetivo da proposição no art. 17.

Quando isso está proposto não vem para prejudicar o pequeno agricultor. Ao contrário, vem para fazer com que, como acontece em muitas outras atividades produtivas que cessam, a indústria depois não deixe ao deus-dará aqueles que antes produziam a matéria-prima para a industrialização que lhe corresponde e lhe cabe.

A Convenção apresenta outros aspectos que também trabalham nessa linha. Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar, a médio e longo prazo, os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas em nível nacional, devem ser reconhecidos e abordados no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável a importância de assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores, cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco nas partes que sejam países em desenvolvimento e nas que tenham economia em transição.

Portanto, Senador, está absolutamente claro que no dia em que essa Convenção entrar em vigor, não sairá do Governo Federal uma operação da Polícia Federal para dizimar o cultivo de tabaco que há no Brasil. O tabaco é um produto legal. A Convenção não está transformando o tabaco num produto ilegal. O que esses artigos abordam é que temos que garantir que os que hoje sobrevivem dessa cultura possam ter meios para sobreviver mais a frente, quando ela deixar de se tornar uma cultura rentável por conta das ações de controle do tabagismo.

Além disso, qual é o *status* da Convenção? Cento e sessenta e oito países já assinaram, entre eles grandes produtores de tabaco ou países que tem indústria de tabaco forte. Assinaram os Estados Unidos, a Índia, a China, a Indonésia... O Brasil foi o segundo país a assinar essa Convenção, e alguns já ratificaram. No caso da Índia que a ratificação é feita pelo Poder

Executivo, já houve a ratificação, e é um grande produtor de tabaco. Trinta países já ratificaram. Quando completarmos 40, a Convenção entra em vigor.

No entanto, quais são as conseqüências de não assinarmos a Convenção? Quais são os desdobramentos? A partir do momento em que a Convenção entra em vigor, em primeiro lugar, vamos ter a conferência das partes, que envolverá todos aqueles que ratificaram a Convenção, para discutir os protocolos, que, então, definirão como vamos implementar cada uma daquelas ações de ampliação do controle de políticas para apoiar a cessação de fumar, inclusive como vamos criar as condições para dar suporte àqueles países em desenvolvimento no caso de uma eventual substituição de cultura que ocorra pela redução do consumo em nível internacional.

Ora, se o Brasil não ratificar, ele não fará parte da elaboração desses protocolos. Não vamos ter acesso, inclusive, à assistência técnica e financeira em um momento em que a nossa cultura vier a ser substituída decorrente da redução do consumo do mercado nacional e internacional, para que possamos fazer isso de forma a beneficiar a nossa população que hoje se dedica a essa atividade.

A liderança do Brasil no controle do tabagismo. O Brasil já cumpre a maior parte das propostas da Convenção. O Brasil presidiu o órgão intergovernamental, durante quatro anos, que criou a Convenção; foi o segundo país a assiná-la; o nosso programa é um dos mais avançados do mundo; temos reduzido a proporção de fumantes na população de 32%, em 1989, para 18,8%, em 2003. Já temos números mais novos que demonstram, inclusive, que houve uma redução nesse percentual.

No Brasil, houve uma redução de 42% **per capita** no consumo de cigarro. A proporção de fumantes, como disse, caiu de 32% para 18%, atingindo em alguns casos patamares inferiores aos que existem nos Estados Unidos e no Canadá.

O Brasil, no Governo Lula, assumiu um compromisso com essa Convenção. Em 2003, foi criada por decreto presidencial a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro. Neste ano, definimos a garantia do atendimento gratuito para quem quiser deixar de fumar, inclusive na atenção básica, com distribuição de medicamentos; mudamos as imagens de advertência nos maços de cigarros para imagens mais fortes e informativas e veiculamos contrapropaganda e mensagens de advertência durante a transmissão de eventos internacionais patrocinados por marcas de cigarro. Portanto, o Brasil tem reafirmado seu compromisso.

Vamos lembrar quais as implicações de não ratificarmos a Convenção: o Brasil ficaria de fora das negociações dos protocolos da Convenção e, assim, das discussões sobre alternativas de apoio técnico e financeiro. Perdem principalmente os produtores rurais. A imagem do Brasil fica dúbia ao liderar o controle do tabagismo, mas ceder à pressão das grandes transnacionais de tabaco.

Independente de o Brasil ratificar ou não a Convenção, o cenário está posto: a redução da demanda vai acontecer no longo prazo e com ela acontecerá impacto sobre a demanda de produção. Portanto, se ratificarmos

esta Convenção, estaremos salvando vidas. Em verdade, esta é a grande questão.

Por último, ainda que fosse uma definição internacional, que não pode ser imposta a nenhum país, e que se procedesse a uma erradicação das culturas do tabaco – digamos que saísse essa decisão estapafúrdia que não consta do processo da Convenção-Quadro –, o Brasil não estaria obrigado a assumir essa definição. E ainda que o fizesse, o ritmo dessa definição seria uma decisão do País e não de fora.

Por isso, é absolutamente equivocado propor que não se ratifique a Convenção, esperando que outras ratificações aconteçam. Ao contrário, vamos ratificá-la e, assim, teremos absoluto controle do processo.

O Ministério da Saúde tem tido atitude altamente responsável no que diz respeito às atividades econômicas no Brasil. Recentemente, foi discutida na OMS da estratégia mundial da atividade física e controle das doenças crônicas, envolvendo diabetes, doenças cardiovasculares etc. Havia, na estratégia global, uma proposição que falava do consumo de açúcar que gerava uma certa dubiedade quanto à possibilidade de adoção de subsídios para outros alimentos em detrimento do açúcar em outros países. A posição do Brasil foi construída em uma negociação entre o Ministério da Agricultura, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde, e conseguimos mudar o conteúdo da Convenção-Quadro porque tínhamos a dimensão de que aquilo era algo que poderia se prestar a uma interpretação para a geração de subsídios de outros produtos para estabelecer uma contraposição em relação ao açúcar e prejudicar o País.

Não temos nenhuma preocupação, nenhum desejo, nenhuma vontade de prejudicar os produtores de fumo no nosso País. Não é essa a nossa posição, não é essa a postura da Comissão Intergovernamental. Temos discutido o assunto, inclusive com a participação do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E as decisões que temos produzido são geradas pelo consenso.

Portanto, apelo aqui aos Senadores do Brasil para que possamos, de fato, fazer essa ratificação. Há hoje uma expectativa mundial sobre a posição do Brasil em relação ao tema e à ratificação. Quaisquer que sejam as salvaguardas que os produtores de tabaco no Brasil queiram tomar em relação a esse processo estamos perfeitamente abertos a discutir. Não podemos condicionar a aprovação da Convenção a algo desse tipo porque isso, na verdade, é um dos artigos. A indústria do tabaco não quer que o Brasil ratifique aquele conjunto de outros artigos, que são as ações para eliminar e reduzir o consumo do tabaco e enfrentar os malefícios que a indústria do cigarro tem produzido para o mundo.

Não somos adversários do pequeno produtor, do agricultor, mas queremos a implementação dessa Convenção para que vidas, no mundo inteiro, sejam salvas porque hoje elas estão sendo dizimadas por um produto que não gera nenhum benefício à saúde da população. Nenhum! Nenhum! Absolutamente nenhum! Não há qualquer comprovação científica de qualquer benefício que o tabaco gere, mas, ao contrário, de malefícios que tem gerado para a humanidade.

Assim, faço esse apelo para concluir minhas palavras.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Sr. Ministro poderá ouvir uma parte da audiência.

Alternaremos as pessoas convidadas para representar os produtores de tabaco e as representantes das entidades oncológicas e preocupadas com a saúde.

A Conselheira Mariângela de Andrade Simões, que representa o Ministério das Relações Exteriores, ouvirá toda a audiência e terá a palavra ao final.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, autor do requerimento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB-RS) – Sr. Presidente, com a sua democrática compreensão e com a assinatura do Senador Rodolpho Tourinho porque não sou Membro da Comissão. Agradeço a oportunidade da manifestação e cumprimento o Ministro pela sua brilhante exposição.

Sr. Ministro, estou vindo da Comissão de Educação. Estávamos discutindo o Conselho de Jornalismo, que, guardadas as proporções e pelas próprias desinformações, acaba gerando uma tensão e uma angústia que se reflete na casa do agricultor, trazida agora para a nossa Comissão. Por isso, a importância deste momento.

Cumprimento V. Exª porque sou absolutamente favorável à sua manifestação até para que não fique nenhum tipo de dúvida.

Como cidadão, jornalista, radialista e Parlamentar, sempre fiz manifestação de combate permanente ao cigarro até porque tive, em minha família, vítima do cigarro e da bebida. Bebida alcoólica e cigarro são dois componentes que combinam mortalmente. Falo tranqüilamente.

Às minhas costas, Sr. Ministro, não há nenhum representante de fábrica, mas representante dos agricultores, que queriam ouvi-lo. A audiência pública tem este objetivo: a palavra do Ministro para levar tranqüilidade a quem estava entrando em pânico muito pela desinformação, muito pela contra-informação, muito pela contrapropaganda. E, em conseqüência, entendo que, se conseguirmos trabalhar as questões com serenidade, como o senhor expôs aqui, serena, aberta e tranqüilamente, o Brasil não ficará fora dessa Convenção. Poderá assiná-la, sim, contanto, obviamente, que o Governo diga ao agricultor: “estou contigo, agricultor; eu sou o teu Governo e estou te apoiando”. É isso que o agricultor quer ouvir. Ele quer saber como se vai proceder a essas substituições. Estou vendo aqui a Irmã Lourdes Maria, de Santa Maria, com um belíssimo projeto, mas, infelizmente, a cidade de Venâncio Aires, que é do lado, não conhece esse projeto. Candelária, que fica do outro lado, também não o conhece. Eles são seus vizinhos: imaginem o Brasil!

Então, há toda uma proposta, mas, lamentavelmente, aquele pequeno agricultor – que trabalha em dois, três, cinco hectares, onde a produção é manual e há aclives e declives – acaba não tendo acesso à discussão.

Sr. Ministro, entendo que, atualmente, essa oportunidade só o Congresso Nacional pode dar democraticamente, sem carimbar, produzindo informações. V. Exª produziu uma aula especial. Talvez, alguns esperassem de V. Exª uma radical posição com relação ao agricultor, que estava sentindo-se agredido, atingido, mas V. Exª disse que gostaria de encontrar uma maneira de protegê-lo.

Recebi um documento do Movimento dos Pequenos Agricultores. O que está dito nele? Vou ler três frases:

É de suma importância que o Senado Federal discuta o tema do fumo e da Convenção-Quadro em toda a sua abrangência e com toda a profundidade, ouvindo todas as partes e todos os setores envolvidos, antes de votar a sua ratificação.

Enquanto o Ministério da Saúde participa da discussão, o Ministério da Agricultura e o BNDES financiam algo em torno de R$500 milhões por ano, para sustentar e expandir a cultura do fumo. Então, não deixa de haver um contra-senso, o que causa um pânico.

Queremos que V. Exª discuta intensamente com Ministro da Educação, Tarso Genro, para que essa questão seja obrigatória em sala de aula desde a creche, porque, quem sabe, ali, vamos criar as consciências necessárias, para, futuramente, conseguirmos esses objetivos, que são sadios. O problema é a discussão emocional.

Assisti, nos corredores, à emocionalidade e a ouvi na Casa do Agricultor. Foi isso que me motivou, pois ela pode levar-nos a ações de radicalização. Quando Estados como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que são os maiores produtores, discutem um tema como esse, sem a informação necessária, acabam gerando pânico entre os pequenos.

Penso que devemos tirar a discussão lá de Genebra ou daqui de dentro da Comissão e chamar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – que tem um contato cotidiano com o agricultor –, o MST, os pequenos agricultores, a Fetag, enfim, todas as pontas, para dizermos que é possível levar a discussão a um ponto de solução, sob pena de instalarmos o pânico e não traduzirmos em resultados o que esperamos.

Queria deixar muito clara a minha posição. Boa parte do Rio Grande do Sul sabe claramente como me posiciono a respeito da questão, mas ouvi a angústia. Estive no meio dessas pessoas em inúmeras caminhadas que fiz na região produtora de fumo do Estado e descobri que ela não é só a Vale do Rio Pardo. A região produtora de fumo no Rio Grande do Sul se expande por praticamente todo... ela só não está em nosso litoral, e como discutimos esse assunto? Que informação estamos levando para essas pessoas?

Então, quero parabenizá-lo por estar aqui, falando para essas pessoas e dizendo-lhes que o Governo não é inimigo do fumicultor, não é adversário do agricultor, é parceiro e não está acabando com a fumicultura. A substituição é um processo gradativo, lento, que tem que ser experimentado, porém o Governo tem que dizer que há garantias para isso, porque, por enquanto, a informação que o agricultor tem é esta aqui, do próprio Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). De um lado, o esforço sobre-humano do Ministro e de todas essas entidades – aqui está presente a

Associação Médica do Rio Grande do Sul, e eu estava agora mesmo falando com um de seus diretores, preocupado com a questão e me questionando sobre meu posicionamento. Não sou contra o agricultor, não posso ser, Ministro. V. Exª não é, nem o Governo; agora, tenho consciência da importância da conscientização e trabalho nesse sentido.

Deixo isso claro, para evitar eventuais carimbos com relação à razão da audiência pública, porque é muito fácil emocionalmente induzir segmentos a pensar isso ou aquilo. Li duas publicações em que constava meu nome, promovidas por dois cidadãos que me visitaram, um do Incra, o Presidente, e o outro da Sociedade de Oncologia de Minas Gerais, se não me engano, que estão nessa luta, mas quero dizer publicamente que o que eles escreveram não foi o que conversamos. E levo, novamente, a comparação ao que estávamos há vinte minutos, aqui na Comissão de Educação, discutindo: a criação do Conselho Federal de Jornalismo. Se, nesse segmento, Ministro, há dificuldade de compreender a criação de um Conselho; se ela existe entre pessoas com formação superior, formadoras de opinião... E não é só patrão, vi aqui agora; saí da Comissão e encontrei dez colegas jornalistas: “E daí? Qual é tua posição?” Eu disse: “Calma, o projeto está na Câmara! Tem muito para andar, há muito para discutir, estão fazendo audiências públicas”. “Mas tu és contra ou a favor?” Não me deram chance nem de dizer que estamos discutindo, já que não sabia se eu era contra ou a favor. Eu disse:

“Olha, não sou contra, não sou a favor, muito pelo contrário, quero discutir o projeto. Pode ser aperfeiçoado, ouvi da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que o projeto pode ser aperfeiçoado. Eles têm alternativas ao projeto, ótimo, que maravilha, a democracia permite isso.”

Quero desculpar-me pelo tempo que estou tomando, mas acho fundamental até criar esse paralelo, colocar essas duas questões que, coincidentemente, estão sendo discutidas em salas próximas. Se, de um lado, há esse clima todo entre formadores de opinião, se pessoas com oportunidade de receber uma carga de informação permanente tem reações, imaginem lá na periferia, aonde dificilmente chega informação ou, muitas vezes, chega distorcida por um lado ou outro. Por isso, mais uma vez, parabéns! Achei brilhante sua exposição. Enfim, espero que, ao final, encontremos uma solução adequada ao problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Vamos, agora, ouvir um representante dos produtores, o Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), que está representando o Sr. Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

Eu pediria a gentileza de que venha ocupar... Irmã, a senhora daria... Nós vamos ter que nos revezar na Mesa ou, então, usar esse lugar mais em frente ao microfone porque assim daremos oportunidade a todos de estarem na mesa.

Em princípio poderemos estender a reunião até às 14 horas e 30 minutos, quando começa a sessão do Senado. Portanto, fazemos um apelo a todos para sintetizarem os argumentos para dar oportunidade a todos.

O SR. (Orador não identificado) – Senador Suplicy, estão me chamando para fechar a sessão do Congresso.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Sr Presidente Eduardo Suplicy, eu diria da nossa satisfação em poder trazer contribuição a esse processo. O tema foi aqui abordado magistralmente pelo Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, que trouxe justamente uma visão a respeito do tema. S. Exª foi bastante objetivo ao concluir dizendo: "Estamos abertos a discutir o assunto".

No meu entendimento, os que vêm a esta Casa, Srs. Senadores e Sr. Ministro, possuem esse intuito. As representações aqui vêm no sentido de trazer a sua colaboração, justamente para abrirmos o tema e analisarmos seus reflexos. E foi muito objetiva a convocação feita pelo Senador Eduardo Suplicy, no sentido de verificarmos os impactos que a matéria possa vir a determinar.

Não há dúvida de que, após as apresentações das diversas instituições aqui presentes, estará o Senado com uma informação muito rica, muito preciosa em torno desse tema, que sem dúvida envolverá a Região Sul, onde 884 mil toneladas de fumo são produzidas, uma economia que representa R$20,491 bilhões. Trata-se de dados importantes, representando o envolvimento direto de 900 mil pessoas; 40 mil empregos diretos vinculados à produção; 1,64 milhão de pessoas envolvidas indiretamente. Logicamente isso representa uma economia. E o nosso presidente da Famurs manifestará o sentimento dos que têm lastreado justamente nessa economia a sobrevida de seus Municípios.

Não estamos, de forma alguma, esquecendo as 200 mil pessoas que morrem anualmente pelo uso direto do tabaco. No entanto, temos que refletir que, se haverá uma regressão, que esta não venha de imediato ou em uma ação precipitada causar a desestabilização de um setor que eu diria que tomamos como modelo. Modelo de uma relação em toda a cadeia produtiva. Modelo de uma integração. Buscamos e pregamos a cadeia produtiva, mas vamos buscar justamente na cadeia do setor fumageiro o exemplo de procedimentos a adotar.

Então, temos um respeito muito grande por essa atividade. Diríamos que essa economia representa, no Rio Grande, a terceira rubrica de renda do Estado. Portanto, para a Região Sul é significativo. E logicamente, dentro desse quadro, não poderíamos deixar de pedir a permissão de V. Exª para, em oito minutos, mostrarmos aqui uma imagem do que é essa cadeia, da forma como atua e de como percebermos que essa contribuição não pode ser esquecida. A qualquer momento, precisamos analisá-la com todo o carinho para verificarmos os caminhos que deveremos traçar.

Portanto, Sr. Presidente, peço a permissão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Quanto tempo daqui para frente?

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Em oito minutos encerraremos a nossa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos lá.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Vamos deixar que os demais concluam com a apresentação.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A imagem não vai aparecer? (Pausa.)

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – E a imagem? Onde está o técnico?

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Infelizmente, não está dando para ver a imagem. Vamos guardar o vídeo para depois, se conseguirem consertar a imagem.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Sr. Presidente, sendo assim, deixarei o vídeo com V. Exª. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vai aparecer a imagem agora?

O SR. (Orador não identificado) – Não. Houve um problema no funcionamento do equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se não está funcionando... Se, ao final, for possível consertar o aparelho, poderemos ver novamente o vídeo.

Agradeço ao Sr. Carlos Rivaci Sperotto.

O que está escrito? Bateria fraca? É preciso rever o que está ocorrendo. Talvez seja preciso trocar a bateria pelo que está escrito.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ao final da audiência, voltaremos ao vídeo se for possível.

Sr. Carlos Sperotto, agradeço a atenção de V. Sª.

Neste momento, vamos dar prosseguimento à audiência. Passo a palavra a Srª Margareth Matos, Promotora do Ministério Público do Estado do Paraná, que também está representando o Dr. Drauzio Varella.

A SRª MARGARETH MATOS – Boa tarde a todos os presentes. Faço um cumprimento especial ao Presidente da Mesa, Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O enfoque que demonstrarei é decorrente de um procedimento investigatório que tramita na Procuradoria do Trabalho no Paraná desde 1998. Todas as informações que serão trazidas estão baseadas em estudos e também em uma pesquisa e na entrevista de centenas de produtores de fumo.

O Paraná representa pouco – apenas 15% – em relação ao Rio Grande do Sul e à Santa Catarina. Mesmo assim, o Estado apresenta um número expressivo de pequenas propriedades plantando o fumo – mais de 40 mil propriedades. E a grande empresa contratante no Paraná é a Souza Cruz.

O agricultor é a primeira vítima do tabaco. É importante abordar esse fato, porque quando falamos do controle do tabaco esquecemos que quem

planta também morre por estar plantando um produto nocivo à sua saúde tanto quanto para quem fuma.

Outra situação bastante interessante em relação aos contratos mantidos pelas fumageiras com os pequenos proprietários agrícolas é a natureza desse contrato. O nome que se dá a esse contrato é de que ele teria uma natureza jurídica civil, um contrato de venda da produção. Mas, na verdade, se houver uma análise mais aprofundada desses contratos, vamos perceber que eles encerram muito mais obrigações que um contrato de trabalho clássico, no qual o empregado assume apenas a obrigação de prestar um serviço e, em contrapartida, o seu empregador vai reonerar esse serviço.

Quanto ao sistema de integração imposto pelas fumageiras, considerei extraordinária a vivacidade com que foi pensado este sistema de integração, que vincula de tal forma o pequeno produtor que coloca não apenas a sua força de trabalho à disposição das fumageiras, como também a sua propriedade, que serve inclusive de aval para que ela possa financiar a própria cultura. Então, ela disponibiliza a sua propriedade como garantia dos empréstimos bancários que ele vier a receber para construção, por exemplo, dos barracões de secagem do fumo, e não só ele tem a sua força de trabalho expropriada, a sua propriedade colocada em risco como garantia de um empreendimento econômico que não lhe traz lucro, como também a sua família é envolvida neste trabalho, porque, se não houver o envolvimento da família, a rentabilidade não será alcançada.

É um engodo dizer que existe retorno financeiro muito vantajoso para os pequenos proprietários, porque a análise que fazemos de todas as propriedades no Paraná não passa de aproximadamente um salário mínimo por pessoa da família. Quando dizem, por exemplo, que outras culturas pagam menos, não podemos esquecer que, enquanto o milho consome somente 22 dias/ano da mão-de-obra de uma pessoa, o fumo consome 211 dias. Então, temos que levar isso em consideração na hora de avaliar quanto realmente está rendendo esta produção.

Outra situação bastante interessante é que este contrato que não é um contrato de emprego, e caso o fosse, traria muito mais vantagens para o produtor rural, também impõe a esse produtor rural um pacote tecnológico no qual está incluída a obrigação de comprar a semente, o fertilizante, o inseticida, a assistência técnica, que, diga-se de passagem, é extremamente deficiente, e também de vender com exclusividade aquele produto. O que se vende é uma verdadeira ilusão para os pequenos produtores. Os técnicos fazem as visitas, dizendo que, se o produtor vier a plantar, terá grande lucratividade e todas as facilidades para começar esta atividade, dizendo, por exemplo, que só pagará esses pacotes tecnológicos depois que produzir. Então, a empresa adianta – digamos assim – esse pacote que representa um valor para que ele pague somente depois. Mas, em contrapartida, ele tem que fazer um financiamento bancário para custear a infra-estrutura necessária. Deve haver um galpão para a secagem das folhas. No Paraná, esse galpão demora. Por exemplo, gastam-se cinco anos para pagar um financiamento bancário. Então, o produtor necessariamente vai ficar

vinculado a este contrato por cinco anos. Mesmo que queira dele sair, não poderá fazê-lo, porque ele já deu a sua propriedade em garantia e ainda tem cinco anos para pagar. Então, vende-se uma ilusão, um sonho de que ele vai ter um retorno financeiro que, na verdade, não está acontecendo.

Outra situação bastante interessante é em relação à classificação do fumo, que é unilateral, é imposta. Quem faz a classificação é a empresa e, então, ocorre mais uma vez a situação de extrema subordinação do produtor, porque, se a empresa ficar encarregada de dizer qual a classificação e o preço do produto, implicará dizer que inclusive o valor da sua mão-de-obra poderá ser reduzida neste momento. Não sabe quanto vai ganhar, nem como seu fumo será classificado. Quem dirá isso serão as empresas. Então, querendo ou não, ele fica à mercê todo o tempo das indústrias.

Não há, por outro lado, nenhuma discussão da lucratividade que as empresas hoje têm obtido e do retorno que isso pode trazer para os pequenos produtores. Sempre há uma discussão muito acirrada, a portas fechadas. Há todo aquele protocolo. O preço é discutido a portas fechadas, com alguns segmentos que representam os trabalhadores, ou seja, as federações de trabalhadores rurais e que não abrem as portas para uma discussão maior com a Fetraf-Sul ou com o MPA, que tem uma representatividade no Rio Grande do Sul, ou mesmo com algum órgão como o Ministério Público do Trabalho, caso queiram participar de uma negociação – e só não participam porque isso se dá a portas fechadas.

Não há também a intenção de se repassar para o produtor o lucro que as empresas obtêm. Para termos uma idéia, a Souza Cruz, em menos de dois anos, dobrou seu patrimônio, algo que não conseguiu fazer nem em cem anos de sua história, mas nenhum centavo disso chegou às mãos dos produtores. Então, há uma desvalorização da mão-de-obra.

Se há um item que causa impacto para o produtor, esse é a mão-de-obra, que, no campo, tem sido cada vez mais escassa. No Paraná, de um ano para outro, houve uma alteração no preço da diária de mão-de-obra de R$8,00 para R$22,00, o que inviabiliza que o pequeno produtor contrate terceiros para ajudá-lo na produção. Ele, então, é obrigado a trabalhar extenuantemente por 24 horas, 365 dias ao ano, envolvendo até mesmo crianças abaixo de sete anos na produção.

A valorização do trabalho humano, que é um princípio constitucional, está absolutamente sendo violado nessa situação da fumicultura no Brasil. Se verificarmos os valores pagos pela mão-de-obra ao brasileiro, está em torno de US$1,40 no Brasil; nos Estados Unidos, sobe para US$5; na Europa, US$10. Na Argentina, para não irmos muito longe dos padrões culturais e até da situação econômica, pagam-se US$2, um valor acima do que é pago no Brasil.

A dependência provocada pelo endividamento tem condicionado a permanência dos pequenos produtores nesse tipo de atividade. Grande parte dos produtores do Estado do Paraná não quer mais continuar produzindo fumo, mas não têm obtido a ajuda necessária e nem há uma política governamental de ajuda.

É verdade que, quando o Ministro fala sobre o protocolo-quadro, se pensa que, com a redução de consumo, haverá um impacto na produção, mas isso deve ser pensado como uma transição na redução do impacto da produção.

Pelos produtores, essa Convenção-Quadro já deveria ter sido ratificada, pois eles querem mudar a produção. Eles querem medidas de governo no âmbito federal, estadual e municipal, para modificar a sua cultura, porque o desgaste que vêm sofrendo não só econômico como para a sua própria saúde é tão grande que não há mais vantagem.

Segundo o MPA, o BNDES tem financiado a cultura de uma forma vergonhosa, e penso que o fato deve ser levado como denúncia para que seja objeto de auditoria. Pelo menos até onde acompanhei, a partir do Governo Lula, a cultura não estaria mais sendo financiada pelo Pronaf, o que ocorreu até o Governo anterior. O Pronaf estaria financiando essas culturas, mas o Pronaf é recurso do BNDES, é recurso público, e não houve uma discussão com a sociedade brasileira sobre se ela queria financiar esse tipo de cultura. Não é alimento, não está combatendo a fome, que é um dos pilares atuais deste Governo. Por outro lado, está causando a morte no campo. E estamos incentivando, com recursos públicos, esse tipo de atividade.

Há o agravante ainda da denúncia de que as fumageiras intermediavam esses recursos e repassavam para o trabalhador sem que esse tinha sequer o conhecimento de que era por intermédio do Pronaf. Muitas vezes ele assina sem ter conhecimento, as letras são miúdas, e até eu tenho dificuldades de analisar. Ele assinava sem saber que eram recursos do Pronaf, e a diferença dos valores praticados pelo mercado e dos valores do Pronaf não era repassada para o trabalhador. Fizemos essa denúncia nos autos que entendo deve ser investigada com bastante rigor, e a estou encaminhando às esferas competentes.

O aumento da área plantada tem ocorrido mesmo, mas não porque os pequenos produtores estejam satisfeitos. Como disse, os técnicos hoje perdem muito mais tempo visitando quem ainda não produz, para que passem a produzir o fumo, dizendo que vão ficar ricos, que será muito bom, que terão carro e casa nova, em vez de prestarem a assistência técnica que é devida aos pequenos produtores.

A informação que temos é de que eles chegam a visitar esporadicamente, de três a seis meses, cada produção, mas todos os dias conseguem novos produtores para fazer esse tipo de atividade.

O desmatamento causado por essa atividade tem um impacto ambiental enorme. Falou-se do reflorestamento, e é certo que as indústrias o têm incentivado, até por uma obrigação legal, mas isso não significa que houve recuperação da área, ou, ainda, que a área nativa continua sendo preservada. Não há. É o produtor que paga pelo reflorestamento; ele é obrigado pelas indústrias a pagar pelas mudas. A indústria não gasta um centavo com isso. O produtor paga e planta. Se existe reflorestamento, ele é feito pelo produtor, com recursos próprios e com sacrifício.

Outro ponto sério diz respeito à saúde do trabalhador. Embora sejam trabalhadores rurais, não deixam de ser trabalhadores, e todos temos que nos preocupar com a saúde das pessoas que plantam e que cultivam o fumo. O fumo necessita constantemente de agrotóxico. Nem vou discutir com relação à quantidade. Se consultadas, as indústrias dirão que reduziram bastante a quantidade. De fato, reduziram; mas aqui não importa a redução, mas a necessidade da utilização. Mesmo que o agrotóxico fosse banido, ainda assim o cultivo teria impacto na saúde, pois a nicotina é causadora de problemas tão graves quanto os próprios pesticidas, principalmente no momento da secagem, quando a fumaça tóxica contamina o ambiente.

Atualmente, quanto ao agrotóxico, normas internacionais exigem que haja garantia de treinamento e de segurança das pessoas que manuseiam o produto. Contudo, por mais que as indústrias digam que existe assistência técnica, não há como garantir às propriedades agrícolas produtoras de fumo efetivo treinamento e segurança aos seus trabalhadores. É uma constatação que é impossível, e desafio a indústria a fazer uma contraprova. Se disser que sim, estará mentindo. Não é possível.

Por essa razão, a discussão é no sentido de que em pequenas propriedades, onde realmente não conseguimos fazer o controle do uso dos agrotóxicos, haja o treinamento adequado. Onde não é possível sequer uma fiscalização, com o tempo, possamos eliminar dessas pequenas propriedades o uso de agrotóxicos. Que passem a produzir alimentos orgânicos, como forma de preservar não a saúde de quem consome, mas, principalmente, de quem nela trabalha.

Várias doenças estão associadas ao uso de agrotóxicos utilizados no fumo. As mais relatadas são: depressão, ansiedade, disfunções neurológicas, dores musculares, tremores ocasionados pelo mal de Parkinson, diarréias, miopia, defecação involuntária, miocardite, olhos lacrimejantes, sangramentos de nariz, desmaios e, principalmente, um alto índice de suicídio. São dados observados em estudos realizados em algumas comunidades. Um estudo de 1996 constatou o índice de suicídios sete vezes superior à média nacional nas comunidades fumicultoras.

Outra situação também preocupante é a discrepância na classificação dos agrotóxicos pela Organização Mundial de Saúde e a praticada no Brasil. No Brasil, a maior parte dos agrotóxicos utilizados na cultura do fumo está enquadrada no índice 4, enquanto a Organização Mundial de Saúde enquadra no índice 2. Precisamos fazer uma revisão a esse respeito, já que existe essa discrepância, talvez causando um impacto muito ruim na saúde do trabalhador, sem um estudo maior.

Com relação ao outro produto, também ele é utilizado. A indústria pode dizer que não, mas possuo receituários assinados por profissionais de fumageiras, em meu procedimento, indicando o Orteni. Só para que V. Exªs tenham idéia, ele nunca foi liberado no Reino Unido. Na Inglaterra, ele não é utilizado, foi banido, justamente pelo impacto causado à saúde do trabalhador. Inclusive existe um comentário muito interessante de um médico da Universidade de Duke, na Carolina do Norte, que estuda a questão dos agrotóxicos. Muitas pessoas dizem que os pesticidas tóxicos são eliminados

do organismo rapidamente. Ele diz que uma bala também, mas o estrago provocado pelo agrotóxico não tem comparação. Portanto, as pessoas devem deixar de vender a idéia de que o agrotóxico é eliminado rapidamente.

A saúde e a segurança dos agricultores, dos trabalhadores em regime de economia familiar, que representam 90% da produção, não podem ser deixadas de lado com a auto-regulamentação das indústrias transnacionais.

Por fim, não poderia deixar de falar, Senador, do trabalho infantil, pois foi esse o motivo de ter me envolvido com o tema.

Estudo realizado por uma entidade do Governo do Estado do Paraná, em 1999, avalia que, para cada propriedade, há o envolvimento trabalhista de, pelo menos, duas crianças. No Paraná, há 40 mil propriedades. Se as multiplicarmos por dois, resultará em 80 mil crianças trabalhando na fumicultura. Elas até vão para a escola, mas, em algum momento, elas serão envolvidas no plantio ou na colheita do fumo. Então, há um verdadeiro exército de crianças trabalhando na cultura. E o programa O Futuro é Agora, que possivelmente será divulgado pela indústria, é muito mais de *marketing* do que de impacto, de efetivo resultado. Estou falando isso como conhecedora de causa, de quem foi a campo e entrevistou os produtores. Acho que para reconhecer a representatividade de alguns setores para dizer "sou do campo", e não é isso que acontece, teríamos que trazer mais elementos aqui, porque isso realmente acontece, além do prejuízo à escolaridade dessas crianças.

Então, o apelo é pela ratificação da Convenção-Quadro, que aliás já deveria ter sido ratificada por tudo que já foi exposto. Não há nem moral, nem ética, legalmente não há nenhum motivo para que não haja ratificação. O Brasil não pode deixar de integrar esse esforço mundial muito valoroso. Tenho certeza de que o Senado Federal não se furtará à sua responsabilidade.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Srª Margareth Matos.

Deputado Adão Pretto, alternarei o uso da palavra para dar oportunidade aos produtores de tabaco de se expressarem agora; depois, novamente, se manifestarão os representantes da oncologia.

V. Exª não gostaria de falar mais ao final, depois de ouvirmos todos? Preocupo-me em ouvir todos os convidados. Mas é claro que garantirei a palavra a V. Exª.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Senador, se possível, gostaria de falar agora, porque a Srª Margareth abordou um tema que estou defendendo na Câmara. Acho importante falar um minutinho agora sobre ele. Mas, se não for possível, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Mas pergunto se V. Exª poderia falar depois de ouvirmos os outros. Assegurarei aos Senadores e Deputados o direito de falar. V. Exª terá mais elementos ainda depois de ouvi-los.

A Drª Tânia Cavalcante representará o Ministro Humberto Costa, porque Sua Excelência tem agora outro compromisso, vai precisar sair. Mas o Ministério da Saúde, assim como o Ministério das Relações Exteriores, continuarão presentes, ouvindo nossa audiência.

Agradeço muito ao Ministro Humberto Costa pela atenção de ter vindo aqui, participado e feito uma brilhante exposição, muito esclarecedora sobre a natureza desse Acordo-Quadro. O Ministro mostrou a relevância para o Brasil da assinatura desse acordo, ao mesmo tempo, em que fala das garantias aos agricultores, no sentido de caminhar por uma transição na qual se garanta o respeito e o direito daqueles que estão preocupados também com a sobrevivência, que executam um trabalho que inclusive é tradição em muitas das áreas, inclusive tradição por gerações.

Portanto, para se despedir, tem a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA – Agradeço a V. Exª pela oportunidade de aqui comparecer. Ao final, gostaria de fazer um convite a todas as entidades que estão aqui e que vieram exatamente para fazer esse contraponto em relação à Convenção-Quadro. Como Presidente da Comissão Interministerial que vem tratando da implementação da Convenção-Quadro, gostaria de convidá-los a participar de uma reunião comigo, para que possamos exatamente discutir esses aspectos aqui relatados, como é o caso do processo de transição. Assim, em outubro, ao votar a Convenção, possamos garantir aos produtores que eles não serão prejudicados. Então, faço esse convite, que, depois, formalizarei.

Agradeço ao Senador Suplicy por essa grande oportunidade, propiciada pelo Senador Zambiasi, para que pudéssemos aqui discutir essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Ministro. (Aplausos.)

Concedo a palavra aos Srs. Ezídio Pinheiro e Sérgio de Miranda, que falarão em dobradinha, ou em nome dos dois, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul.

O SR. EZÍDIO PINHEIRO – Senador Eduardo Suplicy, obrigado por esta oportunidade. Eu, que passei por esta Casa, sei valorizar este momento, a importância que tem essa mediação e a responsabilidade que tem esta Casa quando vai votar algumas matérias que são de interesse de uma categoria como o setor do fumo. Saúdo os Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, que deve ter se retirado e também solicitou esta audiência, nossos Deputados Federais, a comitiva que veio do Rio Grande do Sul, Deputados estaduais, Sindicalistas, a Fubra, e dizer que é um momento importante. É uma grande oportunidade porque representamos essa categoria do pequeno produtor.

A minha fala não será do Ezídio Pinheiro, do Presidente da Fetag; eu gostaria de falar tentando representar os pequenos produtores do Rio Grande do Sul. Hoje, nesta safra, vamos atingir mais de 90 mil famílias de pequenos produtores que plantam fumo. Se contarmos uma média de quatro pessoas por família, além dos assalariados rurais, chegaremos a 500 mil pessoas

envolvidas nessa cultura. Isso dá a dimensão da nossa responsabilidade ao discutir esse assunto. É algo muito sério. Estávamos acompanhando com atenção o que dizia o Ministro no sentido de que o fumo causa a pobreza e a miséria tendo em vista o fumante. Precisamos ter cuidado para não criar o inverso. Essas famílias que plantam um hectare, dois hectares em regiões em que a média das propriedades não chega a 11 hectares.

Digo isso não por questões técnicas, mas por sentimento. Seria interessante saber o que pensa esse produtor de fumo. Seria bom se tivéssemos tempo para envolver esses 500 mil produtores do Rio Grande do Sul, em vez de decidirmos por eles se devem ou não plantam fumo. Queríamos ter essa oportunidade de não atropelar e ter que votar porque alguns países votaram. Acompanhamos essas questões de mercado na área da agricultura, a restrição que tantos países têm pelos nossos produtos, as cobranças de taxas para exportação. Então não vamos ser usados porque eles estão querendo. Temos um envolvimento muito grande nisso.

Não contestamos isso, até porque não sou fumante, mas não estou me representando e sim aqueles que produzem, aqueles que sobrevivem à custa disso. Produz-se muita coisa que não serve também para a alimentação. Uns dizem que a plantação de fumo se é viável, outros dizem que não o é. Plantei fumo mais de 20 aos e o fiz porque era viável. Ninguém estaria plantando fumo se fosse inviável, se fosse dar prejuízo, pois ele teria outras culturas para desenvolver. Não se pode alegar que o fumo é prejuízo, mas sou obrigado a plantar. As condições dele talvez o leve a plantar fumo.

Eu não queria que, dentro de um acordo desses, Senador Eduardo Suplicy, fosse forçada uma redução, eliminando aquela família, largando-a na desgraça. O que está se propondo é aumentar taxações, é não financiar. O que está se propondo é que ele vá empobrecendo e que, daqui a quatro ou cinco anos, não possa mais se manter no setor. Aceitamos discutir uma forma em que seja reduzido o número de produtores, mas que os que ficarem lá fiquem bem. Pelo que está se propondo hoje, vai ser inviável produzir o fumo. Eu queria que fosse viável, mas que se reduzisse, para que quem tivesse de produzir ficasse bem.

A região do fumo, o Vale do Rio Pardo, é uma das melhores regiões do Estado em termos de habitação, das propriedades, da forma de organização.

Então, queríamos expressar essa preocupação, mas que não fôssemos eliminados do processo por interesses de outros países. Podemos começar a discutir essa questão. Não sou contra a Convenção-Quadro de maneira nenhuma, mas vamos dar um tempo e ver o que o Brasil pode fazer.

Estamos trabalhando em muitas campanhas importantes, como foi dito aqui pelo Ministro, como campanhas para a redução do fumo, mas vamos também fazer campanhas para mudar a cultura. Não temos nenhuma proposta que diga: não se plantará fumo, mas terá dinheiro para plantar outra cultura que lhe dará rentabilidade. Estamos mexendo com a família que está na terra. Eu não tenho o direito de dizer que vão aprovar uma Convenção e que o produtor se vire e que deve ser eliminado. Nossas condições são uma questão do Brasil, não da Convenção. Penso que o Governo está interessado

nisso. Vamos fazer uma proposta de reestruturação. Daqui por diante, não vão entrar mais novos produtores. Os que estão ali dentro vão sair por conta própria e vão diminuir, mas não vamos cortar o crédito dos que permanecerem.

Há pessoas que produzem surdina de carro, o que não se come, mas é o pão deles. Para nós, o fumo é a farinha, o milho, o feijão, a nossa comida. Quando estamos tratando disso, tocamos num ponto muito importante.

Esta Casa terá o tempo necessário para discutir. Seria injusto que chegássemos lá e estivéssemos com medo. O temor é muito grande. Vamos lá falar com o produtor de fumo e ele não quer. Temos conversado com ele para achar a fórmula de fazer isso. Eu não estou aqui para defender a indústria, mas para defender o produtor. Temos dificuldades nas negociações. Talvez isso ocorra com todos os tipos de produção, mas tenhamos cautela. Que possamos ir, Senador Eduardo Suplicy, à região dos produtores de fumo, para falar com aqueles que estão vivendo lá, para ver como está a situação, qual a alternativa que eles teriam, se não plantassem. Eles vivem com dois hectares de terra plantada com fumo – talvez sejam as terras mais dobradas que se têm.

Como Federação, representando os produtores, a nossa liderança sindical tem mais de 200 sindicatos. Acompanhamos mais de 200 Municípios. Acompanho, com muito sentimento, há mais de 30 anos, a negociação do preço do fumo, que tem altos e baixos. A cada ano, discutimos uma dificuldade, que é a dificuldade de toda a nossa agricultura.

Então, eu queria parabenizar todos pelo esforço. Sei que os nossos Senadores aqui presentes também têm esse pensamento. Vamos procurar avançar. Não temos de dar exemplo para o mundo. Temos de dar exemplo para nós. Podemos fazer nossa parte aqui, discutindo a questão claramente com nossos produtores. Na hora em que o momento chegar, podemos votar a Convenção-Quadro, sem dúvida nenhuma. Isso são coisas importantes.

Mais uma vez, nosso muito obrigado. Vamos com cautela. Vamos chegar lá, porque conhecemos essa área e o produtor pensa diferente de muitos que ainda vão se pronunciar.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Vamos ouvir agora a Drª Tânia Cavalcante, chefe da Divisão de Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer, que está também representando o Dr. José Gomes Temporão, Diretor-Geral do Inca, e o Ministro Humberto Costa.

Também seja bem-vinda a Deputada Yeda Crusius.

A SRª TÂNIA CAVALCANTE – Boa tarde a todos. Em nome do Dr. José Gomes Temporão, Diretor do Instituto Nacional de Câncer, gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos nesse debate que cria todo um espaço democrático e transparente para que possamos estar, realmente, apresentando todos os aspectos reais da Convenção-Quadro. O Dr. Temporão me pede, inclusive, para se desculpar por não estar presente. Ele está na Alemanha, discutindo junto à Organização Mundial da Saúde o papel do Instituto Nacional de Câncer enquanto centro colaborador para o controle do tabagismo.

Em seu nome, trago algumas mensagens no sentido de tentarmos esclarecer as informações que vêm sendo apresentadas na mídia, de forma muito equivocada, para não dizer maliciosa, para tentar criar esse terror que existe hoje, principalmente no meio dos fumicultores, tentar criar um clima de hostilidade e rejeição para a Convenção-Quadro.

Gostaria de mostrar uma proposta – já pedimos para colocar – em que procuramos pegar as últimas informações que estão sendo plantadas na mídia para criar esse clima. Vamos mostrar a realidade que está por trás de cada afirmação. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Enquanto ligam o aparelho, informo que também está presente a Instituição Tabaco Zero, com a Srª Paula Johns, que veio aqui participar da rede de desenvolvimento humano.

Tem a palavra a Srª Tânia Cavalcante.

A SRª TÂNIA CAVALCANTE – Na verdade, procuramos colocar a apresentação em termos de mitos e verdades. Esse é o título. Entendemos que foram plantados alguns mitos exatamente para criar uma certa, vamos dizer, rejeição e dificultação nesse processo de tramitação da Convenção-Quadro.

Próximo. Essa frase, por exemplo, foi pinçada de um jornal da Região Sul, em que foi divulgada a seguinte mensagem: a Convenção só entra em vigor quando os agricultores tiverem feito a convenção para outros cultivos. O que queria deixar claro é que a Convenção não tem como objetivo acabar com o fumo nem impõe que ele seja substituído. Substituirá quem quiser. Esse é um dos aspectos que gostaria de deixar aqui.

Como já foi muito dito pelo Ministro da Saúde, a Convenção tem por objetivo reduzir o consumo para reduzir mortes e doenças causadas pelo tabaco. A Convenção, como foi bem mostrada aqui, preocupa-se com os fumicultores. Ela não quer antagonizar os produtores. Pelo contrário, quer discutir mecanismos para ajudá-los a encontrar alternativas economicamente viáveis no futuro.

Próximo. Um ponto extremamente claro que estou vendo aqui é que o Brasil não deve ratificar e tem que encontrar alternativas. A Convenção vai entrar em vigor independente de o Brasil ratificar ou não esse tratado. Independente da ratificação ou não do Brasil, todo o mundo já está se organizando, como já foi dito aqui, para reduzir o consumo do tabaco e aderir aos termos da Convenção. O processo de negociação da Convenção por si só já está fazendo países que jamais haviam pensado em investir recursos para reduzir o consumo a se organizarem para criarem programas nacionais para o controle do tabaco. Recentemente, o Uruguai, último país a ratificar o acordo, onde, até pouco tempo, o Ministério da Saúde sequer contemplava a questão do controle do tabagismo, já está negociando até aumento de imposto, já está com plano de ação forte para proibir propaganda e todas essas ações que o Brasil já faz, como já foi mostrado aqui pelo Ministro. Na Argentina, a mesma coisa. E, assim, vários países do mundo, a partir do processo de negociação da Convenção, passaram a se sensibilizar e a se mobilizar para que a Convenção adotasse ações para reduzir o consumo. Cento e sessenta e oito países já assinaram e 32 já ratificaram. Isso já foi

mostrado pelo Ministro, não me vou deter mais nisso. Praticamente, faltam oito ratificações para que a Convenção entre em vigor.

Temos que entender a Convenção como uma reação do mundo para os cinco milhões de mortes anuais causadas pelo consumo do tabaco e para as projeções de dez milhões, se nada for feito para reduzir a expansão do consumo, como foi bem mostrado aqui pelo Ministro da Saúde. E a Convenção também, como foi mostrado pelo Ministro, é uma reação do mundo à dinâmica da globalização do mercado, que tem deslocado o consumo dos países ricos para os pobres.

É extremamente importante que se entenda esse cenário global. Já foi mostrado que algumas instituições desenvolvimentistas, como o Banco Mundial, por exemplo, na década de 80, chegaram até a estimular os países a plantar fumo. Mas, a partir da década de 90, reconheceram os efeitos extremamente graves do tabagismo e mudaram a sua política. Não só excluiu o financiamento do tabaco da sua política, como passou a estimular que os países adotem essa ação. O Banco Mundial tem liderado isso. Inclusive foi publicado um livro pelo Banco Mundial, estimulando os países a adotarem um leque de medidas, entre elas o aumento de preço, para poder reduzir o consumo entre os jovens. E o Fundo Monetário Internacional é alinhado com essa política. Então é preciso que se entenda esse cenário global que independe de o Brasil ratificar ou não a Convenção.

Aconteceu no Brasil a 11ª Conferência Quadrianual das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, este ano, em junho, que abordou a questão do tabaco e gerou um documento que convida os estados-membros das Nações Unidas para fortalecerem medidas para o controle do consumo do tabaco em seus programas nacionais, inserindo essa questão nas suas agências de desenvolvimento. O mundo olha o controle do consumo do tabaco como uma questão de desenvolvimento. Então é preciso que também estejamos enxergando dessa forma. E a Convenção é alinhada com essa idéia.

Essa é uma frase de um documento do Banco Mundial que coloca exatamente esse pensamento, ao mesmo tempo em que os argumentos em favor do livre comércio, em geral, são fortes, o tabaco é claramente mais danoso do que a maioria dos outros bens de consumo comercializados. A questão chave para os governos é decidir como controlar o tabaco sem pôr em risco outras conseqüências benéficas do livre comércio. E aquela reunião da Unctad, que mencionei anteriormente, já fala nessa questão de considerar o tabaco de forma excepcional nos acordos multilaterais de comércio, como acontece com as minas terrestres, as armas e outros produtos extremamente perigosos.

Então o que acontece no Brasil hoje? Já foi mencionado pelo Ministro que o Brasil tem liderança no controle do tabagismo, que houve uma redução expressiva no consumo nacional de produtos do tabaco. Mas sabemos, e temos acompanhado esse processo, que houve um aumento da produção do tabaco e que, segundo dados da própria Afubra, Associação Brasileira de Fumicultores, 85% da produção é para exportação, para um mundo que está mudando o seu olhar em relação ao tabagismo, um mundo que se está

preparando para reduzir o consumo. E o Brasil, por conta dessa dinâmica de produção, passa a ser o segundo maior produtor e o primeiro exportador de folhas de tabaco. Então esse é um cenário que não ignoramos e com o qual realmente nos temos preocupado.

Mas é preciso que entendamos como vemos as informações de que o Brasil, ao ratificar a Convenção, vai gerar desemprego. Se não ratificar, todos vão perder, principalmente o agricultor, porque o Brasil, como já foi mencionado, vai ficar de fora das futuras negociações de mecanismos para apoiar os produtores de tabaco na busca de alternativas economicamente viáveis. Ganham as fumageiras, porque a gente percebe essa dinâmica de informação como a tentativa de esconder esses cenários daquele pequeno produtor que está lá aterrorizado lá no Sul do País, principalmente. E exatamente tentando manter esse clima de euforia com relação à produção do fumo, para que mais e mais famílias, como já foi dito aqui, no Rio Grande do Sul, cada vez mais famílias que nunca plantaram fumo estão aderindo à plantação do fumo.

Então, é importante que esse cenário seja apresentado claramente para aquelas pessoas que estão induzidas por esse clima de euforia, aderindo à plantação do fumo, no momento em que o mundo se prepara para reduzir o consumo.

Outro mito que vem sendo plantado: se o acordo Convenção-Quadro, no caso, vigorar, o sindicato a indústria do fumo estima que 33 mil empregos nas cidades e mais de 100 mil no campo serão cortados no Estado, que também diminuirá em 15% as exportações. A Convenção quer acabar com a fumicultura. É preciso que entendamos que não é verdade. Eu acho que passou demais.

Lerei aqui, na verdade, em que nos contrapomos a essa informação. Existe um estudo da FAO que mostra que a redução do consumo por meios dessas ações que o mundo vem investido para reduzir consumo não será abrupta, será gradativa. A FAO é a Organização das Nações Unidas que lida com a questão de agricultura e alimentos. É uma instituição bastante séria, que lançou, agora em 2003, uma análise de tendência no setor fumo. No Instituto Nacional de Câncer nós fizemos a tradução deste documento, que estará à disposição para quem tiver interesse em tê-lo para analisar melhor.

A FAO faz uma projeção até 2010 de que ainda vamos aumento da demanda total, principalmente às custas de países em desenvolvimento: 80% do consumo até lá será em países em desenvolvimento. E haverá, e de qualquer forma já está acontecendo, uma redução da velocidade do crescimento que existia no consumo de tabaco e derivados no mundo, por conta de todas aquelas estratégias que foram apresentadas pelo Ministro da Saúde. Mas já há uma redução da velocidade de crescimento. E o consumo por adulto ou por pessoa tenderá a declinar não só nos países desenvolvidos como em países em desenvolvimento em 10% a 20% a partir de 2010. Então, não há razão para esse pânico que está se tentando apresentar de que, se o Brasil ratificar, amanhã perderemos empregos e será gerado um caos no Rio Grande do Sul e as pessoas ficarão ao Deus dará.

É preciso que se entenda isso, isso é um estudo sério, que foi feito por uma instituição séria, que mostra exatamente que isso não acontecerá assim.

Outro mito é que não nada é tão rentável quanto a fumicultura. O fumo é uma cultura mais rentável do País, segundo a FUBRA, entidade que reúne os produtores, um hectare rende 7.275 ao ano, enquanto o milho e o feijão propiciam ganhos de 1.130, etc.

Recentemente, a **Folha de S.Paulo** fez uma matéria, que podemos disponibilizar, no dia 9 de agosto de 2004, lá na Região de Santa Cruz do Sul, de uma entrevista, uma outra experiência ligada à Igreja Luterana, o Capa, onde se observa que há um movimento de busca de alternativas e existe a possibilidade de conversão para outras alternativas, que têm pelo menos o mesmo patamar de rentabilidade que a cultura do fumo diz ter.

Um economista que tem trabalhos publicados na área de tabaco, não na área de saúde, de como que se dá uma dinâmica de produção de tabaco no Brasil, ele deu uma entrevista à **Folha**, dizendo:

"Os agricultores conseguiram mostrar que é possível encontrar alternativas ao fumo no maior pólo da indústria do cigarro. Há dez anos, isso seria impensável."

Então, realmente, temos que mudar essa visão de que é impossível e, por isso, vamos ficar de braços cruzados. Esta é a idéia que se tem de plantar na região dos fumicultores: que é impossível. Na realidade, o Brasil é pioneiro em mostrar que isso é possível.

A irmã Lourdes, que falará aqui, é uma das pioneiras em mobilizar a sociedade local, na região de Santa Maria, uma das regiões, onde mais se planta fumo no Brasil e onde, há 13 anos, o grupo da igreja católica está trabalhando para encontrar alternativas, porque os fumicultores estão insatisfeitos com a vida que levam, com a vida que dizem que é maravilhosa, mas que, na verdade, é tudo isso que a Drª Margareth acabou de falar. Em razão disso, a adesão tem crescido a cada ano. Portanto, essa afirmativa de que não existe alternativa precisa ser olhada, analisada e desmistificada.

Temos aqui um exemplo da Igreja Luterana. Um casal plantou fumo e, hoje, lida com a produção de verduras e geléias. Ele diz, claramente, que o que eles ganham hoje é mais do que eles ganhavam na época em que plantavam fumo.

Com relação à consciência que existe hoje na região fumicultora, essa reportagem traduz exatamente por que as pessoas estão trocando; trocam por questões éticas e pela preocupação com questões ambientais e sociais. Essa é a expressão do pensamento das pessoas que estão lá envolvidas com o fumo e principalmente daquelas que estão buscando deixar a plantação do fumo.

Temos aqui uma entrevista com um jovem agricultor que trabalha com o grupo do Capa, da Igreja Luterana, que deixou de plantar fumo ou está em fase de troca. Tive a oportunidade conhecê-lo, e ele expressa que não quer mais produzir veneno com veneno, o que foi abordado pela Promotora Margareth, porque considera o fumo um veneno e que se tem que usar

veneno para se produzir veneno. Hoje, ele produz morango, sem agrotóxicos, e diz que a rentabilidade com essa produção é grande. Inclusive ele expressou para nós, em uma entrevista, que não está dando conta da demanda da sua produção. Há pessoas indo à porta dele atrás do produto.

Então, é possível? É. Isso é claro. O Brasil é pioneiro nessa experiência.

Outro mito que foi colocado: "Faz mais de um século que o fumo é a base da economia da região. Santa Cruz iria perder a identidade e se transformar em um pequeno Município". Isso foi divulgado na mídia. Não inventei nada. Tirei a notícia de jornais que circularam de um mês para cá.

Esse retrocesso – escrevi com letra maiúscula porque justifica o que vou falar à frente – seria multiplicado na sociedade, atingindo médicos, dentistas e estudantes, segundo um representante do Sindifumo.

A Convenção-Quadro não pode ser vista como um retrocesso. Ela visa o bem da humanidade, inclusive o do próprio produtor rural, que é hoje o elo mais frágil da cadeia produtiva e o mais lesado nesse processo.

Se considerássemos esse raciocínio, os médicos, dentistas e outros profissionais de saúde também deveriam estar preocupados, porque eles vão perder clientes, porque as pessoas vão deixar de ter câncer e infarto.

Vemos aqui a presença das sociedades médicas: a Associação Médica do Rio Grande do Sul; o Conselho Federal de Medicina; vários representantes da área de saúde; a Drª Anísia, que vai falar aqui, que é representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Temos que ver a Convenção-Quadro como uma coisa boa, positiva, e não como algo que vai trazer o caos, que é o que estão tentando divulgar na mídia, para induzir, realmente, esse sentimento de terror que estamos tentando desmistificar aqui.

Para concluir, eu gostaria de registrar que hoje, com todo o conhecimento que temos, que a ciência nos propiciou, nenhum profissional de saúde pode ignorar que o tabagismo causa doenças graves e fatais e que o fumante é uma pessoa doente também e deve receber tratamento para se livrar da sua dependência.

O Ministério da Saúde está fazendo a sua parte. Nenhuma família pode mais aceitar que os seus filhos e filhas sejam induzidos a consumir produtos de tabaco. Tenho essa experiência na minha casa. A minha filha, com treze, quinze anos se tornou dependente. Lutei com isso e, graças a Deus, consegui. Ela está com 19 anos e conseguiu parar de fumar. Foi difícil, porque um adolescente se tornou dependente porque ela foi induzida por todo esse clima de se criar a aceitação social do tabagismo.

Para finalizar, gostaria de deixar registrado que nenhum governo pretende proibir plantar o fumo. A Convenção não pretende proibir plantar o fumo, ao contrário, a Convenção quer, sim, ajudar aqueles que hoje plantam fumo e que estão, hoje, nessa situação de extrema dependência. No entanto, nenhum governo pode mais ignorar que o controle de tabagismo deve estar nas suas prioridades e desenvolvimento sustentável. Essa é a realidade e o mundo está caminhando para isso. Graças a Deus.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado Drª Tânia Cavalcante.

Gostaria de informar que vamos assegurar não apenas aos Senadores mas também aos Deputados presentes como Adão Pretto, Kelly Moraes, Leodegar Tiscoski, Luis Carlos Heinze e outros aqui presentes, que também poderão falar nas argüições e na parte final.

Passamos, agora, a palavra ao Sr. Heitor Álvaro Petry, Presidente da Famurs – Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, que está representando o Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Farsul – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Comunico ao orador que às 15h30min começa a Ordem do Dia. Portanto, vamos avançar até esse horário para darmos a oportunidade a todos para falarem. Portanto, peço a todos que levem em consideração o limite do horário.

O SR. HEITOR ÁLVARO PETRY – Saúdo o nobre Senador Eduardo Suplicy, que preside esta Comissão, e aos demais membros da Comissão, Senadores e Deputados, e também os Prefeitos, representantes de nossas organizações.

Ao falar em nome da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul não poderíamos deixar de cumprimentar esse espaço que foi aberto para uma discussão. Aliás, era tudo que se queria: que o setor tivesse pelo menos uma oportunidade para debater o assunto. Até então nós todos estávamos alheios ao andamento da discussão no âmbito do Congresso e até a nível internacional. Creio que isso é em função da ansiedade que o setor vive, da cadeia produtiva que nossos pequenos agricultores vivem, porque não tiveram até agora participação para discutir.

Gostaria de fazer uma referência de que havia, ao contrário dos que entendiam que o assunto não deveria ser debatido, e como referência temos a **Folha de S.Paulo**, em que o Dr. José Gomes Temporão dizia que a audiência pública solicitada pelo Senador Zambiasi causaria atraso na votação, porque através dela os produtores queriam detalhes da Convenção. Parece-me que isso está traduzido no jornal e, felizmente, agora estamos tendo espaço para nos manifestar.

Não viemos aqui para defender o cigarro. Também defendemos a saúde. Mas estamos discutindo em campos diferentes. Enquanto se enfoca, por um lado, a questão da saúde, a nossa preocupação é exatamente no aspecto econômico, social e tributário, aquilo que sustenta a nossa economia, e as nossas riquezas nas regiões produtoras de fumo.

Gostaria de pedir o apoio para passar algumas lâminas que traduzem um pouco daquilo que entendemos. Como foi colocado aqui, já temos uma série de restrições de uma legislação bem ampla que estabelece restrições quanto à demanda, oferta, questões relacionadas ao meio ambiente, questões da responsabilidade civil.

Portanto, a legislação brasileira já atende a totalidade das proposições. A nossa legislação, já foi dito aqui, é uma das mais modernas. É mais moderna que a canadense, a americana e a própria australiana.

Chamo aqui a atenção. Por vezes eu não entenda essa matemática, que, por um lado, dizemos reduzir a demanda e que isso não afetaria o lado produtivo. Mas de qualquer forma já existem medidas no sentido de que o consumo seja reduzido, e pela própria questão tributária. E, diga-se de passagem, temos municípios hoje cuja estrutura de arrecadação é alicerçada em torno de 80% na produção e no beneficiamento de fumo. Muitos até só da produção primária, outros que elevam, através da indústria, a sua arrecadação.

O fato que nos chama a atenção é quanto às medidas para reduzir a oferta. E aqui está claro: é substituição de cultura. Se não produzirmos mais, alguém ocupará esse mercado internacional - 85% vão para a exportação. Alguém vai ocupar esse espaço. E aí veremos que os Estados Unidos, entre outros países produtores, ainda não ratificaram. E temos a idéia de que os Estados Unidos e a União Européia são exemplos para o mundo de países desenvolvidos. E não seria o caso de eles darem um exemplo ao mundo de nos antecederem na ratificação? E perdermos? Ao passo que o Brasil tomar essa iniciativa por primeiro, de perdermos esse mercado internacional que hoje sustenta as nossas economias?

Vejo que por vezes existe também na outra parte de quem defende a Convenção-Quadro um certo radicalismo e uma cultura do medo, daquilo que representa o fumo. Vemos na outra parte a nossa preocupação com as mais de duzentas mil famílias que dependem da fumicultura, das estruturas que se criaram ao longo dos anos para a produção que sustenta a nossa economia. Temos de pensar nas questões que estão relacionadas a reduzir a demanda e a oferta, o quanto o setor pode perder em termos de competitividade. Foi dito que linhas de financiamento seriam um dos meios, um dos instrumentos para reduzirmos o meio produtivo.

E a nossa exportação, como fica? Os nossos dois milhões e quatrocentos mil empregos diretos e indiretos da cadeia produtiva? E os tributos que hoje representam mais de seis bilhões de arrecadação, tanto da União quanto dos Estados e Municípios. Até diria que nós da região fumageira poderíamos dizer: quem sabe o Governo Federal dá o primeiro passo e abre mão da sua arrecadação oriunda da fumicultura e deixa nos municípios? Porque todos o municípios têm fomentos, programas de fomento na área da diversificação, agroindústria, culturas alternativas. Só que há um detalhe, quando entra no campo da rentabilidade, notamos que o agricultor se sente desestimulado.

Portanto, queremos ser parceiros de uma conversão, mas que se tenha tempo e prazo para implementar este trabalho. Portanto, não podemos abrir mão das nossas arrecadações de impostos gerados pela fumicultura. E a questão da rentabilidade também já foi tratada aqui. Para se ter uma renda equivalente a um hectare de fumo, temos que cultivar sete hectares de milho. Perguntamos como vamos viabilizar os pequenos produtores, quando nas nossas regiões as propriedades médias não ultrapassam a 10 hectares. E é a maior cadeia produtiva de inserção de pequenos agricultores no processo produtivo. Digo isso com muita tranqüilidade. Se olharmos o Rio Grande do Sul, vamos ver as Missões, parte da zona sul, parte da fronteira oeste, vamos

ver que lá já não existem outros pequenos produtores, porque tiveram que vender as suas propriedades para os grandes proprietários, migraram, e muitas vezes acabaram indo para o Movimento dos Sem-Terra, procurando novamente acesso, porque lá não tiveram culturas produtivas alternativas suficientes para que viabilizassem a sua permanência no campo. Enquanto que na fumicultura temos esse exemplo de inserção. Até desafio que se faça um levantamento em meio ao movimento dos sem-terra para saber quantos são oriundos das regiões fumageiras. Então, o processo de inserção do agricultor, de acesso à produção. Então, vemos o Brasil como segundo maior produtor, segundo maior exportador mundial, 4,5 bilhões em vendas, 2,4 milhões de empregos, e o terceiro produto agrícola de pauta de exportação no Rio Grande do Sul, apenas perde para a soja.

Portanto, o que notamos hoje, que se fala e que se prega, é um período de transição. É um momento em que possamos trabalhar, de fato, conjuntamente, para implantar outras alternativas, porque entendemos que terminar com a fumicultura não representa o fim do consumo de cigarro. Se o Brasil deixar de produzir, os fumantes aqui vão continuar consumindo. E nós, ao invés de exportar, vamos importar produtos, não sabemos de que qualidade; teremos evasão de divisas, e o Governo continuará gastando na área da saúde com relação aos consumidores.

Portanto, se os tributos gerados pela cadeia produtiva fossem mais canalizados, até para os nossos Municípios, poderíamos, de fato, contribuir muito. Também não podemos concordar com algumas questões colocadas quanto ao uso de agroquímicos na fumicultura. Evidentemente, são utilizados. Eu também sou um agricultor e um produtor rural, e os agroquímicos são utilizados, sim. Todavia, enquanto na fumicultura se usa 1kg de produto químico ativo por hectare, na soja são 2,2kg; no feijão, 3kg, e no moranguinho, pasmem, são mais de 8kg por hectare. Os agroquímicos estão no que consumismos nas nossas sobremesas e nos nossos alimentamos; no tomate, são mais de 8kg também.

Portanto, não queremos aqui defender o uso de agroquímicos, mas apenas fazer um comparativo do que representa uma cultura em relação à outra. Quanto ao sistema integrado, não dá para contestar uma organização que se criou ao longo dos tempos, nessa parceria entre as organizações e as empresas, com problemas, dificuldades e necessidades de ajustes. Mas isso existe e é um verdadeiro exemplo.

Vou citar duas questões. A primeira: quantos pequenos agricultores e produtores já perderam as suas safras de cebolas, de batatas, de frutas, e assim por diante, porque não tinham mercado assegurado? Enquanto isso, o produtor de fumo sabe onde vai comercializar e a que preço vai fazê-lo, pois o seu produto tem mercado garantido.

Na outra parte, o sistema construiu, ao longo dos anos, um seguro mútuo. Um exemplo para todo o País. O Governo luta até hoje para criar um seguro agrícola, com todas as dificuldades. E o sistema lá conseguiu, ao longo dos anos, construir.

Portanto, para encerrarmos, aplaudo muito as alternativas aqui apresentadas. Se cada fumicultor achar uma nova alternativa, para mim, é

uma alegria, principalmente, se ele vier a produzir alimentos. Agora, devemos ter a responsabilidade de entender a dimensão das alternativas. Uma alternativa para uma família ou meia dúzia de famílias não representa uma solução para o conjunto das 226 mil famílias. Não se pode ter essa dimensão em termos de amplitude, para alternativas que se construíram, que se encontraram, de maneira isolada.

Então, colocamos de uma maneira muito enfática que, hoje, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, como grandes produtores de fumo, entendem que está sendo muito precipitada a votação da Convenção IV. Ela estabelece de maneira muito clara as restrições quanto ao consumo e quanto à produção. E entendemos que o agricultor, de certa forma, tem, sim, uma razão de ter ansiedade, porque ele não participou desse processo de discussão; ele não teve, até agora, oportunidade.

Volto a dizer o que estava colocado aqui antes com relação a essa questão. A audiência pública até foi vista por algumas pessoas como um processo que estaria retardando a votação. E hoje estamos tendo a oportunidade. Queremos novamente cumprimentar esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por ter aberto essa possibilidade. Depois que se começou um trabalho de articulação, aqui em Brasília, percebemos que o projeto já tinha sido votado na Câmara dos Deputados, por acordo de Lideranças, e já estava na pauta para ser votado em regime de urgência no Senado. Felizmente, os nossos Senadores tiveram a visão e o entendimento de abrir o espaço para discussão.

Ao encerrar, faço uma pequena referência ao trabalho infantil, que é tão batido. Veremos que até houve citações por parte da ONU, bem como ações que estão sendo desenvolvidas hoje, muitas delas em parcerias com os Municípios, no combate ao trabalho infantil. São verdadeiros exemplos até para outras situações no Brasil. Não quero ver uma criança, para sobreviver, catando lixo, como temos tantos e tantos exemplos em nosso País. Quero ver crianças também na escola. E nós, na nossa região, estamos dando exemplos de parceria com as nossas instituições, com as nossas organizações, muitas vezes, com as próprias empresas, para que a criança esteja no seu lugar certo, esteja na escola, e possa aprender e ter oportunidades nesse conjunto do nosso Brasil.

Agradecemos a oportunidade que nos foi dada, ratificando a nossa posição: queremos tempo para que essa conversão ocorra, de maneira gradativa, que não venha imposta por uma Convenção, que vai logo surtir seus efeitos. Não podemos correr o risco de, primeiro, haver uma crise no setor, para, depois, irmos ao encontro da solução. Queremos o processo inverso. Primeiro, queremos levar alternativas para o setor para depois fazermos o processo de conversão gradativamente.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr. Heitor Álvaro Petry, presidente da Famurs.

Agradecemos a presença dos prefeitos Sérgio Moraes, de Santa Cruz do Sul, e Glauco Scherer, de Venâncio Aires.

Há mais algum prefeito presente?

Sejam todos bem-vindos.

Também há vários candidatos! Que bom que a democracia vive intensamente!

Passaremos a palavra ao Sr. Wilson Rabuske, do Movimento dos Pequenos Agricultores, que está representando o Dr. Roberto de Almeida Gil, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Senador Pedro Simon, V. Exª poderia presidir a reunião por um instante? Voltarei em seguida.

O senhor tem a palavra.

O SR. WILSON RABUSKE – Boa tarde a todos. Pediria ao Senador Pedro Simon autorização para ler esse documento, após o que farei um pequeno comentário. (Pausa.)

Posição do Movimento dos Pequenos Agricultores sobre a atual situação do fumo e a ratificação da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde.

É de suma importância que o Senado Federal discuta o tema e a Convenção-Quadro em toda a sua abrangência e com toda profundidade, ouvindo todas as partes e todos os setores envolvidos antes de votar a sua ratificação.

O MPA vem, por meio deste documento, expressar a sua posição sobre o atual momento do cultivo de fumo no Brasil. Enquanto houver mercado e produção de fumo, haverá uma enorme multidão de pequenos agricultores envolvidos nessa atividade produtiva. Isso deve ser encarado sem preconceitos. Não aceitamos acusações de espécie alguma sobre os agricultores produtores de fumo, que vêem nessa atividade um meio de sustentar suas famílias.

O Governo Federal não pode ter ambigüidades em suas políticas em relação a esses agricultores. Por exemplo, enquanto o Ministério da Saúde quer implementar a Convenção-Quadro, o Ministério da Agricultura e o BNDES financiam em torno de R$500 milhões por ano para sustentar e expandir a cultura do fumo.

A produção de fumo tem o mérito de contribuir com a permanência dos pequenos agricultores na terra. Sob esse aspecto, supera a cultura da soja, que, ao longo do tempo – e agora ainda mais com os transgênicos – tem concentrado terra, renda e provocado a expulsão dos pequenos do campo.

Os malefícios à saúde também têm que ser tratados de maneira global. Uma agricultura e uma pecuária baseadas e dependentes de enormes quantidades de insumos químicos, agrovenenos, anabolizantes, hormônios e, ultimamente, a transgenia não fazem bem à saúde humana. Há resíduos de produtos maléficos à saúde em quase todas as cadeias produtivas dependentes do modelo da revolução verde.

Nesse contexto, o fumo não pode ser um bode expiatório por mais que estejam provados os malefícios que faz à saúde. Por isso, o MPA tem afirmado, de forma insistente, a necessidade de mudança do modelo agrícola e do modelo tecnológico da agricultura brasileira, optando por tecnologias de base ecológica e orgânica para todos os produtos agrícolas.

Nesse sentido, em relação à cultura do fumo, temos proposto um consórcio fumo-alimentos, inclusive os de subsistência familiar, e a produção de fumo a partir de insumos orgânicos e do manejo ecológico do solo.

Essa mudança deverá se dar em um processo gradual de transição, pois assim traria também uma grande redução de danos em termos concretos de impactos à saúde, tanto entre agricultores como em consumidores de cigarros.

Porém, antes e acima de tudo, o agricultor precisa ser respeitado. Tem sido ele, até hoje, o elo mais frágil dessa cadeia produtiva. Enquanto os governos muito arrecadam, as empresas ampliam seus parques industriais, crescem e enriquecem, remetem lucros ao exterior, os pequenos agricultores têm empobrecido, afundando-se em dívidas, aumentando a área cultivada de fumo e vêm obtendo menores ganhos com seu trabalho. Constata-se, entre as famílias de agricultores, o aumento das doenças causadas pelo trabalho estafante e pelo pacote químico utilizado.

Nesse sentido, não abriremos mão que o agricultor seja bem remunerado pelo seu trabalho, incluindo nessa remuneração adicional de insalubridade pelo manuseio de venenos e pela exposição da família, dia e noite, ao calor das fornalhas na cura do fumo. Também exigimos remuneração justa e critério objetivo pela classificação do fumo. Nosso trabalho agrega enorme valor ao produto, sem que sejamos dignamente remunerados por isso, e sem que tenhamos condições objetivas de acompanhar a reclassificação definitiva que é feita pela indústria que determina o preço pago ao agricultor. Continuamos defendendo que a classificação para fins de preço também seja feita no município ou na região onde residem os agricultores. Também propomos a diminuição de números de classes de 48 para 12, no Virgínia; e de 29 para 9, no Burlei. Discordamos, também, do sistema de contrato de crédito e de fornecimento de produtos individualizados, em que o nível de informação dos agricultores é mínimo. Além do mais, adota-se um sistema de negociação superado, pelo qual a maioria das entidades que negocia em nome dos agricultores não tem mais representatividade e legitimidade para fazê-lo, ou porque não há incidência na cadeia produtiva, como é o caso das federações da agricultura, ou porque há pouco debate com os reais interessados: a massa de produtores de fumo. Isso vai criando um fosso muito grande entre os representantes e os representados, que, ao longo dos anos, será extremamente prejudicial ao conjunto da cadeia produtiva de fumo.

Propomos um processo de negociação e contratos coletivos entre as indústrias produtoras organizadas. Em relação à Convenção-Quadro, o MPA propõe uma ampla discussão com todos, com toda a sociedade, com audiências públicas nos Estados para ouvir os setores desenvolvidos, antes de ratificar a respectiva Convenção. Propomos, também, que antes de qualquer medida que vise implementá-la, busquem-se soluções concretas para os pequenos agricultores, que estão simplesmente em pânico com a notícia de que serão proibidos de plantarem fumo, sem ter qualquer alternativa disponível e viável em termos de produção agropecuária para substituí-la, principalmente em pequenas áreas de terra.

Antes de tudo, o Executivo ou o Legislativo precisa pensar em propor globalmente políticas que possam, de fato, serem efetivadas. Qualquer política de redução da área plantada de fumo deve estar acompanhada de políticas de preços que estimulem a produção de alimentos, que desapropriem latifúndios, e distribuam terra. É preciso que se dê assistência técnica que auxilie na viabilidade técnica da produção e nas pesquisas que criem alternativas para a pequena propriedade. Vemos, nesse momento, uma grande oportunidade para debater e repensar todo o modelo de produção agrícola brasileiro e não só o fumo.

Perguntaram o que faremos com os problemas da saúde que é provocado por carnes de frangos produzidos com hormônios e anabolizantes, com tomates e batatinhas abarrotadas de veneno, com soja transgênica com altas doses de fungicidas etc.

Não aceitamos o caminho fácil de culpar o agricultor, quando 95% das pesquisas da Embrapa estão dirigidas para esse modelo, quando o crédito induz para esse modelo, quando as escolas técnicas em agropecuária, as faculdades de agronomia e veterinária são, em sua maioria, escravas dos conhecimentos, dependentes do modelo da revolução verde.

Hoje, há conhecimentos disponíveis e soluções técnicas para implantar um novo modelo de produção saudável, justo e sustentável. É preciso vontade política e um projeto estratégico para implementá-lo. A solução para os problemas do fumo está em uma ação conjunta, atendendo ao interesse de todos os envolvidos: indústria, produtores e governos. Da parte do governo, é muito importante cumprir o seu papel regulador e fiscalizador, reprimir o contrabando de fumo e cigarro, apoiar e estimular a organização autônoma e livre dos agricultores e exigir a transparência contábil e documental das empresas fumageiras frente aos agricultores.

Em cima disso, gostaríamos de complementar dizendo que também não aceitamos a forma que foi usada nos últimos dias, principalmente na região de Santa Cruz, para que os agricultores ficassem mais desinformados como estão hoje. Entidades usaram a imprensa de cinco em cinco minutos, usaram a mídia escrita com notas de página inteira onde simplesmente colocavam: querem acabar com a fumicultura, criando um pânico no interior. Os agricultores, a maioria deles, em cima dessas notícias e dessas informações, que são desinformações, estão ansiosos esperando que não se ratifique a Convenção-Quadro.

Então, hoje, o MPA, para que essas informações realmente cheguem aos agricultores, como o Ministro Humberto Costa as colocou, como a doutora colocou, propomos que o Ministério da Saúde venha a Santa Cruz. Nós nos propomos a trazer os agricultores para que vejam realmente o que é a Convenção-Quadro e não sejam manipulados dessa forma, não sejam usados, como foram usados, da forma que considero leviana, porque até abaixo-assinados circularam pelo comércio, pelo interior, sem ter muitas vezes cabeçalho. Simplesmente as pessoas chegavam e diziam: “Assine aqui porque querem terminar com o plantio de fumo. Se tu não assinares, amanhã não plantas mais fumo”.

Senador Eduardo Suplicy, essa é a nossa posição. E estamos deixando inclusive o jornal para que o Senado veja a forma que foi usada nos últimos dias para se criar um pânico desnecessário.

Sabemos que é importante que se discuta todos os aspectos, sabemos que a indústria está usando a Convenção-Quadro para, mais uma vez, prejudicar o agricultor, porque enquanto se discute o possível término da cultura do fumo, não se discute preço, não se discute os problemas que estão vindo das últimas safras; nos últimos dias, ninguém mais falou a respeito dos prejuízos que os agricultores tiveram nesta safra e nas muitas outras.

E lanço um desafio a todos que dizem que o fumo dá tanto lucro para os agricultores: tragam produtores que plantam fumo há 30, 40, alguns há 50 anos e provem o capital que eles acumularam nesses anos. A maioria dos agricultores está com dívidas impagáveis, dívidas, muitas vezes, como denunciamos nesses documentos, que o próprio Governo, por meio dos órgãos públicos, dos bancos públicos, do Banco do Brasil, oferece condições favoráveis para que as indústrias endividam o agricultor, na maioria das vezes sem o agricultor saber o que está assinando. Temos quatro casos, os quais estamos cobrando via judicial, já que a empresa Souza Cruz não dispôs aos agricultores os contratos que eles solicitaram. São quatro agricultores que, no ano passado, construíram estufas, as famosas LL. Tinha até uma disputa judicial entre as indústrias, as famosas LL, a um custo de R$13 mil, acertado com os orientadores, com o prazo de pagamento de sete anos, sem juros. Para surpresa dos agricultores, este ano – temos provas – os quatro agricultores foram procurados pela empresa para que assinassem os contratos do dito financiamento no valor de R$14,8 mil, com juros de 8,75% e com cinco anos para pagar. O financiamento era do Banco do Brasil e do BNDES. O mais grave é que dois desses agricultores hoje estão devendo ao Banco do Brasil, mas não assinaram nenhum dos contratos.

Quando os pequenos agricultores têm que buscar financiamento para custeio de alimentos, milho, soja, feijão, necessitam de cinqüenta assinaturas, são exigências das mais diversas. Conseguimos diminuir um pouco essas exigências, devido à nossa luta, mas para as grandes empresas fumageiras, o contrato nem vem para o banco, fica na empresa e simplesmente é enviada uma relação com o nome, CPF e o valor que o agricultor financiou.

Temos tudo isso documentado e queremos deixar aqui como denúncia, para que seja apurada. É inconcebível que empresas multinacionais, como foi dito há pouco, que faturaram em dois anos mais do que o patrimônio que elas possuíam, precisem buscar dinheiro público, dinheiro do BNDES, que poderia ser investido na diversificação, tão importante para que o agricultor não precise, a cada ano, plantar cinco, dez, quinze mil pés de fumo a mais para ganhar menos.

O aumento na área de produção é decorrente da exploração que os agricultores estão sofrendo nos últimos anos. Queremos que o Governo Federal, por intermédio dos órgãos competentes, do Banco do Brasil, do BNDES, ajude nessa reconversão com financiamentos para que se possa mudar essa história. Se for necessário, que se plante fumo ainda. Vai se

plantar fumo para os próximos cinqüenta anos, com certeza, mas que o agricultor não precise plantar tanto fumo, pois ele não tem mais tempo de plantar um pé de repolho, de cuidar de uma vaca leiteira, de deixar um potreirinho para botar uma vaca leiteira, um esterneiro.

Isso é o que acontece nas regiões onde se produz fumo. Na nossa região – e todos os meios de comunicação acompanharam o fato –, veio o dinheiro para um mini Ceasa em Santa Cruz, mas o dinheiro foi embora. Recentemente, buscou-se novamente dinheiro do Governo Federal, do Pronaf, infra-estrutura, para implementar esse mini Ceasa. Tomara que não fique só na promessa pré-eleitoral. Tomara que esse prédio que está sendo comprado perto da minha casa sirva efetivamente para um mini Ceasa, para que muitos agricultores possam começar essa transição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Sr. Wilson Rabuske.

Passamos a palavra, agora, à Drª Nise Hitomi Yamaguchi, Presidente da Associação Paulista de Oncologia Clínica.

A SRª NISE HITOMI YAMAGUCHI – Boa tarde a todos.

Eu queria parabenizar a Mesa e o Senador Eduardo Suplicy, pela magnânima condução desse processo, que é muito difícil, porque envolve aspectos importantes da subsistência dos fumicultores, de Estados, de Cidades e também aspectos fundamentais na questão da subsistência de seres humanos no planeta.

Ocorre um bilhão de mortes por tabaco no momento. Há também um outro problema muito sério, porque não se trata apenas da morte, mas também da desabilitação da pessoa. Se vocês já acompanharam um paciente com doença pulmonar obstrutiva crônica sabem o que é viver mal, com falta de ar. Há três dias, no Hospital Sírio Libanês, onde tenho o privilégio de atender – atendo também no Hospital das Clínicas e no Instituto do Câncer, onde sou responsável por pesquisas clínicas –, uma paciente, tabagista a vida toda, com câncer de pulmão do tipo mais freqüentemente associado ao cigarro, falou-me balbuciando – ela tirou a máscara que ela usa o tempo todo, porque sem ela não consegue mais respirar –: “Nise, não vale a pena viver assim.”

Chamei a família da paciente – os filhos estavam juntos, mas o resto da família, não; os netos tinham acabado de passar por ali – e agradeci a ela duas coisas. Falei: “Minha querida, agradeço a confiança que você teve em mim nesses quase três anos em que lutamos juntas. Agradeço a sua equanimidade neste momento, em que seria muito difícil uma decisão da sua família com relação a esta situação, porque a alternativa seria te colocar num tubo na UTI para você ficar respirando, e você não consegue mais isso. Eu te agradeço a grandeza que você está demonstrando neste momento de compreensão. Eu sinto muito você estar tão mal, e sabemos por quê.”

Essa paciente vinha ao consultório com cigarros de plástico, porque ela tinha que ficar o tempo todo com um cigarro na mão. Não há dinheiro que pague – ela vai deixar muitos bens – o sofrimento de um paciente com câncer. Que se dirá de milhares de pacientes? Tivemos aqui o caso trágico

do filho do Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve uma morte precoce. Um dos aspectos da morte dele foi o tabagismo. Não dá para dizer que fosse o único. Temos o caso trágico de jovens que entram no cigarro aos 12, 13 anos de idade, tornando-se uma pessoa que vai ficar afetada – porque é uma doença o vício do cigarro – e vai ter mais 50 outras doenças, além de sofrer a pecha de que não pára porque não quer. Não é, é porque não consegue, é porque é viciado.

Agradeço a presença da ABAC-Luz, uma entidade maravilhosa que cuida de pacientes com câncer. A Drª Lucy Ishii, grande trabalhadora, com suas co-trabalhadoras, têm prestado grandes serviços aqui no Distrito Federal. Sou Vice-Presidente do Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer, o Napacan; represento a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, pela minha jurisdição, a paulista. O Dr. Roberto Gil está na Espanha. Represento uma mãe que não quer que seus filhos tenham acesso ao cigarro dessa maneira; represento uma filha que não quer que seus pais morram de câncer ou de outras doenças; represento um ser humano e uma cientista.

Desenvolvo o meu trabalho na pesquisa do câncer. Dirigi um congresso latino-americano de câncer de pulmão, orientado por uma entidade internacional. Na semana passada, estivemos, por quatro dias, no Algarves, em Portugal, discutindo o que podemos fazer para tratar o câncer. Eu disse que estaria aqui discutindo com V. Exªs e que esta era uma atitude política fundamental das sociedades de câncer do País, ou seja, tentar fazer com que a Convenção-Quadro seja ratificada.

Também estavam presentes naquela oportunidade o Presidente da Sociedade Européia de Oncologia Clínica, o Presidente da Sociedade Americana de Oncologia Clínica, a Presidente da ISLC, além de 100 cientistas que se dedicam dia e noite a essa área.

Ficou certo que cada um voltaria para o seu país – da América Latina só eu estava presente – imbuído da ação conjunta que teria que ser feita. Por isso, se faltam oito, em breve, os outros oito acordos serão ratificados. Essa questão de se dizer que, se a Convenção-Quadro for ratificada no Brasil, implica uma imediata aplicação, isso não é verdade. Está havendo uma grande confusão.

A ratificação do Senado e a ratificação do Congresso é quanto à Convenção Mundial, o quanto vai ser possível implementar a gradação. A forma é uma questão estratégica que vai ser discutida em fóruns específicos. São duas coisas diferentes. Uma coisa é a ratificação da Convenção-Quadro, em nível internacional.

Acredito ser fundamental que todos os senhores – que estarão envolvidos na agilidade ou não desse processo, que estão envolvidos com inúmeras outras questões de grande magnitude dentro dos panoramas nacional e internacional; que vão ser responsáveis pela representação de todos nós, cidadãos brasileiros, nesse momento – pensem no seu irmão, no seu filho, no seu pai ou na sua mãe, que teve alguma doença ligada ao cigarro, porque certamente houve alguém. É fundamental que os senhores pensem no quanto o seu voto, nesse momento, não deve ser atrelado a quaisquer outros tipos de interferências, se não o precípuo papel que um

representante do povo deve ter, que é o de lutar pelo povo, com sabedoria, lutar pela instalação de mais vida e não de menos vida.

Somos o maior exportador de tabaco do mundo, o que mostra a competência dos processos. Se usarmos esses processos instalados, edificados, as cooperativas, os projetos para alicerçarmos outros tipos de coisas, outros tipos de cultura, vamos ter um país cada vez mais pujante, não vamos ter a pecha de sermos o maior exportador de morte do mundo.

Penso que é uma coisa muito séria termos tanto problema causado por uma coisa que é algo tão delicado.

Não consigo isentar a minha vida do paciente. Penso que essa discussão não pode ser feita somente no âmbito econômico; ela tem que ser feita dentro do sofrimento de milhões de famílias no mundo, porque, se somos o maior exportador, quantos países no mundo compram o nosso produto? E se não ratificarmos a Convenção-Quadro, quando formos os líderes na elaboração dessa ratificação Quadro, estamos descumprindo o nosso papel de país emergente que quer mudar a ordem social do mundo. Estamos nos condenando a uma pecha que vai ser muito desagradável. Quero ver como é que os senhores, quando forem representar o Brasil em qualquer fórum internacional da Organização Mundial da Saúde ou de qualquer fórum de desenvolvimento sustentável vão ter a coragem de entrar lá, sabendo que não cumprimos o nosso papel de casa.

Então, senhoras e senhores, em nome de todos os pacientes, em nome de todas as famílias, em nome de todos os amigos, por favor, passem essa Convenção-Quadro imediatamente, porque temos que estarmos lá liderando os quarenta países que já ratificaram, para trazermos as nossas dificuldades, inclusive dos nossos fumocultores, para que nos ajudem com estratégias, nos ajudem com verbas, com coisas técnicas, para que possamos realmente fazer com que essa seja uma transição adequada, elaborada, científica, pautada no respeito, inclusive à inconsciência das pessoas que estão fazendo o plantio de fumo; no respeito àquelas pessoas que estão impossibilitadas de terem outros meios de sobrevivência; no respeito à inconsciência daqueles que ditam as normas do livre mercado de comércio; no respeito à inconsciência e à inconseqüência das propagandas enganosas, nefastas aos milhares de jovens de todo o mundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Drª Nise Hitomi Yamaguchi, Presidente da Sociedade de Oncologia Clínica.

Registro a presença dos Deputados Júlio Redecker e Ênio Bacci.

Passamos a palavra ao Sr. Antoninho Rovaris, Presidente da Fetaesc, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Muito boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Senadores e Srs. Deputados presentes, conterrâneos e colegas da área científica, senhores da imprensa, queremos, em rápidas colocações, até pelo adiantado da hora, externar basicamente alguns fatores, entrando um pouco na questão da Convenção e também na questão da área da produção. Acho que isso é fundamental.

Em primeiro lugar, queremos que fique claro para todos os presentes que, ao salientarmos a questão da fumicultura, que se trata de um processo, assim como outros em nossa agricultura, de integração. Conseqüentemente, um processo de integração tem as suas vantagens e as suas desvantagens, principalmente para o nosso pequeno agricultor. Se olharmos para o âmbito da suinocultura, no Estado de Santa Catarina, mais propriamente no oeste do Estado, vamos ver hoje Sadia, Perdigão, Chapecó e outras agroindústrias de grande porte, inclusive com capital internacional, provocando uma devastação muito forte, em razão dos dejetos de suínos, depositados em todos os rios daquela região.

Assim, praticamente todo o processo de integração é um processo de degradação. Isso não é diferente com relação à questão da fumicultura. Ou seja, os vestígios existem e irão permanecer.

O que quero colocar com isso é que temos que ter consciência clara de que a fumicultura, apesar de produzir algo extremamente danoso, como está sendo colocado e amplamente comprovado, é hoje uma atividade da qual depende a sobrevivência de mais de duzentas famílias de trabalhadores rurais.

A Convenção-Quadro, do jeito como está sendo colocada, poderá regulamentar da forma mais concreta e legal possível o fim da fumicultura. Mas entendemos que esse fim não será drástico. Será gradativo.

As tendências mundiais, conforme as colocações aqui feitas, se baseiam em todos os exemplos já colocados pela União Européia e pelos americanos. Aí vem o questionamento que inclusive o representante das prefeituras da região coloca, ou seja, será que tudo que vem da Europa ou dos Estados Unidos é moderno? Será que tudo isso é bom para nós? Outra questão são os financiamentos, como foram aqui colocados. Obviamente, grande parte dos fumicultores é financiada, ainda hoje, com uma parte de dinheiro público. Embora não esteja aqui justificando nada por meio da indústria – que isso fique muito claro –, grande parte é de recursos dos próprios bancos, e a grande maioria assina, sim, seus contratos. Nesse caso, as indústrias entram como aval dessas operações de financiamento.

Outra questão que queria deixar muito clara principalmente para os Senadores aqui presentes é a de que, quando olhamos o aspecto da saúde, estamos totalmente favoráveis à situação, à forma em que o fumo é colocado. Mas gostaria – isso não foi aqui falado em nenhum momento – de questionar as bebidas alcoólicas. Quando se fala no tabaco, no fumo, vê-se que ele é muito vinculado a essa questão. A pergunta é: qual a convenção que vem para trabalharmos a questão da bebida alcoólica neste Brasil? Essa é uma pergunta; a segunda foi tocada aqui e diz respeito ao trabalho infantil. É um tema polêmico, sabemos disso, mas perguntaria: nós, que estamos aqui, em grande parte, passamos por essa atividade no meio rural, como eu. E trabalhávamos: na oportunidade, na parte da manhã, íamos à escola – sou um agricultor, fui e ainda permaneço com o meu pé lá – e, à tarde, ajudávamos a família nos mais diversos afazeres, às vezes, trabalhando com o fumo. Pergunto: será que somos tão malformados assim? As nossas crianças, hoje, não podem mais minimamente ajudar a família de trabalhador

rural em sua atividade, seja ela fumo ou outro produto? Outras questões relativas ainda à Convenção-Quadro. A maior temeridade que temos é a de que se faça, mais uma vez, neste País, a ratificação de algo que não foi discutido com a sociedade e apenas com uma parte dela e que as conseqüências disso venham acabar, para os principais atores desse processo todo, que, diga-se de passagem, são os mais mal remunerados de toda essa cadeia. Essa é uma verdade. Precisamos, gradativamente, trabalhar um processo de melhor remuneração, porque para mim não vale o nosso País, Brasil, estar como o primeiro maior exportação de fumo do mundo, sendo o nosso fumo vendido a preço de banana lá no exterior. Então, o Senado Federal e a própria Câmara Setorial da fumicultura, hoje existente, poderão estar ajudando-nos nesse processo, para que possamos garantir a permanência do nosso agricultor no campo – com políticas sólidas que propiciem formas de transformação da fumicultura em outras atividades – e, principalmente, na agricultura, na fumicultura propriamente dita, de forma que tenha rentabilidade, uma vida digna e possa continuar na atividade. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Antoninho Rovaris.

Passamos, agora, a palavra à Srª Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, que havia sido indicada pelo Dr. José Rosemberg, que havia sido indicado pelo Sr. Adib Jatene. Ela é do Projeto Esperança/Co-Esperança.

A SRª IRMÃ LOURDES MARIA STAUDT DILL – Uma saudação muito especial ao Senador Suplicy, aos demais Senadores e Deputados, aos gaúchos e gaúchas em grande peso aqui e a todas as pessoas que vieram de outros Estados, de outras instâncias, debatendo um tema de tamanha importância. De fato, este é um momento ímpar para o Brasil e para os países que querem de fato ratificar a Convenção-Quadro.

Venho em uma dimensão profética, em nome também da Igreja, que defende a vida em primeiro lugar. Pergunto: quem de nós não quer qualidade e quantidade de vida? Se não quiséssemos qualidade e quantidade de vida já estaríamos talvez no fundo da cova. Então, queremos, sim, quantidade e qualidade de vida. Queremos defender a sustentabilidade especialmente na agricultura.

A doutora falava que no Brasil, por um lado, alguns se orgulham de exportar 85% do fumo, mas tenho tristeza em falar isso. Se temos que exportar 85% de morte para outros países, o Brasil tem que passar vergonha. Portanto, quero dizer que é urgente, sim, aprovar e ratificar a Convenção-Quadro, para que de fato, no processo que foi colocado pelo Ministro da Saúde, encontremos perspectivas de alternativas de sustentabilidade.

Ao nos referirmos à questão do tabagismo não podemos tratar apenas do lado econômico, pois isso é muito pouco, é quase nada. Temos que falar na dimensão da vida, na dimensão social, na dimensão econômica inclusive, na dimensão da saúde e na dimensão da sustentabilidade. E a grande pergunta que se coloca é: hoje o fumo dá lucro a quem? Ao pequeno produtor? Não é verdade, ele sobrevive mal e muito mal. Somente o produtor

que tem mais terras poderá estar um pouco melhor, porque tem condições de contratar pessoas para trabalharem com ele.

O pequeno produtor não está bem. Venho da região centro do Rio Grande do Sul, que também é plantador de fumo, perto da região Santa Cruz, onde o pequeno produtor de fumo não está bem. Ele trabalha como escravo, dia e noite, com toda a família, com a criança, o jovem e o adulto, e muitas vezes com pessoas de até mais de 70 anos, como escravos de uma profissão mal remunerada.

Então, quando falamos em sustentabilidade e lucratividade não podemos tomar como modelo o fumo para a agricultura. Podemos tomar, sim – como foi dito antes –, para as fumageiras, para as empresas que têm outro canal de lucratividade.

Nesse sentido também queria, em nome de uma grande multidão – a que me referirei posteriormente –, repudiar o que a imprensa gaúcha fez, causando especialmente ao plantador de fumo um grande terror. Foi algo meio parecido com o dia 11 de setembro. Isso foi ruim. A imprensa gaúcha, a grande mídia fez dessa idéia de ratificar a Convenção-Quadro um grande terror, e não era para acontecer isso. Temos que debater, queremos debater com o Senado, com o Congresso, com o Governo e com a sociedade como um todo, inclusive de produtor para produtor, porque é o pequeno produtor quem mais sabe se está ou não dando renda.

Defendo a questão da sustentabilidade e da vida em primeiro lugar. A vida não se compra, a vida se cultiva. E com certeza não cultivamos mais quantidade e qualidade de vida consumindo venenos, consumindo produtos como o tabaco e outros. Com certeza, na medida em que tivermos uma alimentação sadia, aumentaremos nossa quantidade e qualidade de vida.

Em segundo lugar, quero também dizer que o Rio Grande do Sul, um dos maiores exportadores de fumo do mundo, com certeza também acrescenta ao cenário importantes experiências. Conforme foi dito antes, embora muitos não conheçam, o Rio Grande do Sul tem, sim, muitas e infinitas experiências de alternativas à cultura do fumo. Estou falando de uma experiência nossa, que é o Projeto Esperança/Co-Esperança, da Diocese de Santa Maria, que há 20 anos vem trabalhando com a organização do pequeno produtor, com a perspectiva de trabalhar o associativismo, o cooperativismo, agricultura familiar, agroindústria familiar e, nessa nova dimensão, de rever o modelo tecnológico, o modelo econômico dentro da idéia da sustentabilidade e agora, no Brasil, a segurança e soberania alimentar.

Nesse sentido, então, há 20 anos trabalhamos, em diferentes eixos, essa experiência, que conclui numa etapa muito importante e fortalecedora, que é a comercialização direta. É o consumo justo, ético e solidário.

A pessoa que pensa na vida, na qualidade de vida, na saúde não consome produtos cheios de veneno, produtos contaminados. Ela prima por uma agricultura familiar ecológica, onde, de fato, sua família, seu grupo possa ter uma vida mais digna e mais justa.

Nesse sentido, então, experiências como a do Projeto Esperança/Co-Esperança são multiplicadoras. O Capa é uma delas. Muitas outras

experiências de outras organizações do MPA, do próprio Movimento Sem Terra e outras organizações fomentam hoje essa perspectiva.

Criamos, no Rio Grande do Sul, uma marca dentro da indústria chamado o Selo Sabor Gaúcho, um programa que foi instalado há quatro anos, sendo um programa que vem solidificar muitas experiências de alternativas da cultura do fumo. Na nossa região, criamos também uma marca chamada Sabor da Terra, onde garante produto com qualidade, sendo produzido sem veneno, um produto que, de fato, agrega valor àquilo que o pequeno produtor cultiva na sua propriedade. E tudo isso de forma organizada, articulada e regional.

Temos hoje, na região, mais ou menos 200 empreendimentos de economia popular solidária na área urbano e rural e que congregam mais ou menos 3.700 famílias que sobrevivem dessa renda. E posso garantir que vivem com uma renda melhor do que aquele pequeno produtor que planta fumo, porque têm ainda para a sua família, sua comunidade e tem tempo para aquilo com que a vida nos brinda: lazer.

Infelizmente, o pequeno produtor escravo do fumo não tem mais tempo hoje nem para o lazer nem para a família, e muito menos para a comunidade. Então, isso também nos reporta à dignidade de vida a que nós, como seres humanos, temos direito.

Nesse complexo – Senadores e Deputados aqui também conhecem a nossa experiência – temos um espaço físico de comercialização direta. Recebemos há pouco tempo a visita do Senador Pedro Simon e também de Adão Pretto, que é um grande animador de uma feira estadual e nacional de cooperativas que temos. É nesse espaço que os agricultores comercializam diretamente, sendo um espaço fixo que existe há 15 anos, onde a cada sábado acontecem importantes feirões coloniais, oferecendo produtos ecológicos na mesa do consumidor, que assim os quer e opta.

Temos dentro projeto um Centro de Economia Popular Solidária bem no centro de Santa Maria, onde também o produtor tem possibilidade de comercializar direto ao consumidor. Temos um armazém da colônia bem no centro de Santa Maria, que – para quem conhece – fica na rua central, sendo também um espaço onde o produtor comercializa direto o seu produto. Além do Sabor Gaúcho, Sabor da Terra, dos quais já falei, há mais ou menos na região 35 pontos de comercialização direta, onde os produtores urbanos e rurais articulam entre si, para poderem colocar diretamente na mesa do consumidor os seus produtos.

Então, aquele espaço e aquele lucro que o atravessador ganharia quem está ganhando hoje é o próprio produtor. E quando teve início essa experiência, o próprio produtor resistia e dizia que a sua missão não era vender ao consumidor. Hoje são pessoas extremamente realizadas em poder se organizar, produzir e comercializar diretamente. É uma proposta que deu certo e com a qual, com certeza, vamos cada vez mais fortalecendo essa perspectiva na região.

Dentro da proposta e da urgência da Convenção-Quadro, entendemos que, de fato, deve-se debater com a sociedade. Apoiamos essa idéia, mas não podemos deixar para o dia de São Nunca, essa é uma

preocupação. A Convenção-Quadro tem que ser votada e ratificada, sim, no ano de 2004, para que possamos ter sintonia com os demais países, para poder agilizar aquilo que de fato se quer em termos de política pública. Queríamos deixar um grande apelo ao Senado, ao Congresso, ao governo, à sociedade, às organizações que aqui estão, para que se agilize no Brasil, com muita urgência, um crédito especial para aqueles produtores que livre e conscientemente desejam e querem trocar o fumo por outras alternativas. Até sugerimos que poderia ser um braço do Pronaf, mas não para financiar a questão do fumo, como já foi em outros tempos, que fosse criado um braço ou no Pronaf, ou um outro programa de política pública junto com a idéia da Convenção-Quadro para financiar, de fato, alternativas à cultura do fumo, e que houvesse também a possibilidade de um acompanhamento técnico para que possa se avançar nessa perspectiva.

Temos certeza de que essa perspectiva vai crescendo gradativamente na consciência do produtor de fumo, da sociedade e também daqueles que vão consumir os produtos produzidos por essas organizações. Temos certeza de que hoje, no cenário do mundo globalizado, a questão do consumo está se tornando, cada vez mais, uma coisa de consciência, especialmente na linha da saúde, onde as pessoas hoje escolhem o que consomem. Não se consome qualquer tipo de produto, e essa consciência está crescendo mundialmente, isso é muito positivo, as pessoas estão optando por produtos de garantia e de qualidade para poder ter uma vida mais próspera, mais digna e mais qualificada em termos de saúde. E trago o apelo de muitos da nossa região que já deixaram a produção de fumo e optaram por alternativas.

São as mais variadas iniciativas. Vou dar o exemplo de uma, os nossos Deputados e Senadores conhecem a região de... município da quarta colônia. Lá, há poucos meses atrás, o Ministério Público fechou todos os açougues porque estavam trabalhando clandestinamente, e havia muitos problemas na questão da carne. Nesse município, há três anos atrás, foi financiado um abatedouro, tanto para abate de suíno quanto de gado de corte. Esse grupo que está integrado no Projeto Esperança fornece para toda essa região carne de altíssima qualidade, produzida numa região onde antes produzia fumo. Esse grupo mesmo faz o gerenciamento, é responsável, é dono desse abatedouro. Uma das experiências, assim são muitas. Alternativas têm, temos que ter coragem, ousadia, vontade política para fazer essa mudança. Temos certeza de que esse processo vai se consolidando passo a passo, e ninguém vai criar um terror nem diante das fumageiras, nem diante do agricultor e muito menos perante a sociedade. Queremos trabalhar com consciência.

Para concluir, quero dizer e afirmar que, se trabalharmos a idéia dentro de um processo, vamos fortalecer nossas experiências. E nós nos inspiramos muito também, nessa experiência do Projeto Esperança/Co-Esperança, num provérbio africano que diz assim: “Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da terra.”

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Srª Irmã Lourdes Maria Staudt Dill, do Projeto Esperança/Co-Esperança.

Passamos agora a palavra ao representante do Sr. José Zeferino Pedroso, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Sr. Sálvio Osmar Tonini. São três depoimentos finais.

O SR. SÁLVIO OSMAR TONINI – Boa tarde a todos. Os meus cumprimentos ao Senador Eduardo Suplicy por este trabalho.

Aqui represento o nosso Presidente, José Zeferino Pedroso, da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina. Sou Sálvio Osmar Tonini.

Tudo isso começou errado, porque se fizeram as coisas sem se discutir com a sociedade brasileira. Se as coisas tivessem sido discutidas com a sociedade brasileira, não estaríamos aqui – um de um lado dizendo que é bom; e o outro, do outro lado, dizendo que é ruim ou vice-versa. Se nós tivéssemos, desde o início, discutido e buscado o consenso, não estaríamos aqui hoje.

Só tenho que parabenizar V. Exª, Senador, porque teve a competência e a inteligência de trazer a sociedade para a discussão. Até então, o segmento estava esquecido.

Ficamos preocupados, pois soubemos dos fatos, Senador, de forma clandestina, não de forma correta ou de forma precisa. Se isso tivesse sido conduzido de forma correta, o debate seria muito maior na Câmara dos Deputados. Indaguei a alguns Deputados, e eles não conheciam esse tema e nem sabiam do que se tratava. Ficaram sabendo na data de hoje, em função dessa mobilização.

Contudo, evidentemente, há os trâmites legais na Casa – não sou um parlamentar –, mas a sociedade poderia ter discutido. Preocupa-me, sim, o fato, porque a maneira como se traduz muitas vezes em comentários não se refere apenas à exclusão do fumo da área da produção, mas também à maneira como passa a ser tratado, em termos de conceito social, aquele que produz.

Quem me garante que nós, ao assinarmos a Convenção-Quadro, ao vermos a nossa sociedade prejudicada, tenhamos a coragem de fazer o que fez os Estados Unidos, que deu ignorância ao Tratado de Kyoto, muito menos confiança ao Rio+10 e defendeu o seus interesses? Quem vai ter a competência de, quando vir a nossa sociedade prejudicada, tomar posições e exigir do mundo que se faça o mesmo?

Eu sou a favor da saúde – e quem não o é? Graças a Deus, tenho saúde e estou sentado aqui hoje. Quero ter sempre saúde. Eu tive um pai que morreu de câncer, mas nunca fumou. E aí? O que eu vou dizer? Mas também não quero criar polêmica, porque não sou médico, porque essa não é a minha área.

Mas fico preocupado, sim, Senador. Gostaria, Senador Eduardo Suplicy, que V. Exª capitaneasse a discussão e que, antes de levarmos a matéria a uma plenária, onde Senadores votarão e ratificarão essa Convenção-Quadro, ao menos uma, Senador, ao menos uma audiência ocorra no seio do setor produtivo. Gostaria que o Sr. Ministro da Saúde, que

fez um belo pronunciamento, dissesse o mesmo que disse para nós aos interessados lá do fundo, porque o terrorismo, Senador, com certeza, não fomos nós que o pregamos. Eu disse isso em Santa Cruz do Sul. Quem está aqui presente sabe disso. Eu vi nos jornais representantes do Ministério dizerem "se virem, porque vai acabar". Em outras simples palavras, eles diziam "corram atrás, porque isso aqui vai acabar, vocês têm que se virar". E não fomos nós. Essas coisas têm que vir à tona.

Se sentarmos e discutirmos com a sociedade, com certeza assinaremos as melhores das convenções deste mundo, mas precisamos dialogar, precisamos mostrar a verdade. Precisamos mostrar à sociedade o que realmente se discutiu em Genebra.

Por que, quando se pensou na Convenção, em 2003 – parece-me que foi nesse ano ou antes –, não se pensou em trazer para o meio a cadeia produtiva? Por que vínhamos preparando o ambiente? Não, desconhecíamos. Ninguém aqui pode dizer que conhecia, porque sou coordenador da área de fumicultura pela minha Federação e nunca ouvi falar. Ouvi falar aqui, em Brasília, quando me disseram.

Quero destacar que somos entidades reconhecidas, sim, e temos competência para negociar qualquer coisa em qualquer lugar, no que tange à agricultura do nosso Estado. Digo também que ninguém planta porque é na marra. Este País é democrático, graças a Deus. É uma opção. Quando a minha opção não dá certo, tenho de mudá-la; mas, na marra, ninguém planta.

Digo mais, se há um segmento que preserva o meio ambiente, que tem lutado, esse é o plantador de fumo. Se há uma cultura em que a cobertura natural nativa se encontra em maior proporção, essa é o plantio do fumo. Isso está tecnicamente provado.

A SRª (Oradora não identificada) – **(Fora do microfone. Inaudível.)**

O SR. SÁLVIO OSMAR TONINI – Não sei, não quero discutir com V Sª os detalhes. Respeitei o pronunciamento de V. Sª e peço que respeite o meu. (Palmas.)

Temos que olhar o Brasil para dentro, mas muitas vezes olhamos para fora. Temos que ter os pés no chão.

Irmã, em minha terra temos uma irmã que se tornou Santa, a senhora sabe disso. Devo dizer para a senhora que, se tivermos de olhar microalternativas, Irmã, levaremos 200 anos para transformar todo produtor de fumo em produtor de outra cultura. Então, temos que buscar visão macro, grandes alternativas, que englobem todos. Não podemos pegar um pequeno segmento e discutir em uma dimensão em que pouco mais de dois milhões de pessoas estão envolvidas, porque não são apenas aquelas duzentas mil famílias, mas dois milhões de pessoas para as quais temos que buscar alternativa. A senhora concorda, Irmã?

A SRª (Oradora não identificada) – Pedirei licença ao Senador para ler uma frase depois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Depois. Deixe-o fazer...

O SR. SÁLVIO OSMAR TONINI – Então, isso nos preocupa. Não somos contra a Convenção-Quadro, muito pelo contrário, mas a sua entrada,

o seu início não foi... É isso que nos deixa preocupados, é isso que deixa o segmento produtivo preocupado, é isso que deixa o pequeno produtor de lá preocupado.

Creio que temos que buscar, nesses nossos encontros, um consenso. Não podemos trazer aqui a vontade segmentada, mas a global.

Portanto, temos que levar isso para o meio. Temos que buscar essas alternativas, temos que ir ao cerne das coisas. Digo mais, temos que ter cuidado, porque, que eu conheça, não existe nada no mundo que pague uma vida. Não existe. Não existe.

Mas não podemos fechar os olhos, tomar uma atitude precipitada e deixar tanta gente à mercê da própria sorte. Se é para fazer e, depois, ver no que vai dar, então, vamos nos precaver, façamos o que é correto, de forma planejada, consistente, sustentável – também esse é um aspecto que deve ser visto –, e que todos saiam satisfeitos, porque só aquilo que todos adubam dá fruto. Quando poucos adubam, não há a frutificação que todos desejamos.

Se formos lá e discutirmos, assinaremos essa Convenção-Quadro, todos nós que estamos aqui, Senador, todos, com a consciência tranqüila do dever cumprido e com a certeza de que chegaremos ao futuro que todos almejam, que é mais vida e mais qualidade de vida. Entretanto, chamo a atenção dos senhores: não é com restrições que chegaremos lá, nem pensando em bloquear recurso, porque a cultura do fumo é livre neste País, é legal. Não é fazendo restrições de acesso ao crédito porque aquele produtor optou por aquilo. Ninguém o obrigou. Ele tem o mesmo direito que qualquer outro produtor de ter a linha de crédito. Não é fazendo assim, não é fazendo esse tipo de restrição. Estou dando um exemplo. Tenho certeza de que a vontade da maioria aqui presente é a vontade de ter qualidade de vida, e qualidade de vida é ter boa saúde. Quero boa saúde para todo mundo.

Quero dar aqui um exemplo meio antagônico, meio contraditório. Refiro-me a uma região do Alto Vale do Itajaí que envolve uma série de Municípios produtores de fumo. Em uma palestra da Secretaria da Fazenda do meu Estado, foi dito que essa região arrecadou R$52 milhões em impostos. Senador, sabe quanto correspondia à área fumageira? Quarenta e nove milhões de reais. O valor de R$3 milhões correspondia a outros segmentos produtivos. É antagônico, mas desses R$49 milhões saíram saúde, educação, estradas. Quando falo da mudança, entendo que temos que discutir nas bases e trazer uma proposta consistente, para que não tenhamos no futuro certos dissabores e manifestações que todos não queremos. Queremos um Brasil forte, um Brasil líder, um Brasil com gente de bem, um Brasil com o povo cheio de dinheiro e de saúde.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora gostaria de fazer uma breve exposição?

A SRª (Oradora não identificada) – Ele me provocou, e eu gosto de provocação. No final da minha fala, eu ia dizia que tudo que nasce grande vira monstro, e o que nasce pequeno vira processo. Da sua fala, entendi que pequenas iniciativas valem pouco ou nada. Se mudarmos os paradigmas do

pequeno agricultor que hoje está no fumicultura e trabalhar o processo, um dia ele poderá ter um negócio maior que hoje. É o processo que valorizamos na economia familiar.

(Palmas.)

A SRª (Oradora não identificada) – Com relação à **(inaudível)** da mata nativa, não pode ser entendido como uma referência ao Estado do Paraná, porque essa não é a realidade de lá. O contexto não pode ser global.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A Ordem do Dia pode ser iniciada a qualquer instante e, aí, teremos que interromper nossa reunião.

Concedo a palavra ao Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil, que está representando o Sr. Ademir Muller, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).

O SR. HAINSI GRALOW – Boa tarde a todos. Quero saudar com todo carinho o Presidente, Senador Eduardo Suplicy, e dar o testemunho da sua grandiosidade quando proporciona, na verdade, a primeira oportunidade aos fumicultores de participar de uma reunião sobre a Convenção-Quadro.

Também quero me referir ao Ministro da Saúde, Humberto Costa, ao Senador Paulo Paim, que não está presente, ao Senador Sérgio Zambiasi, ao Senador Pedro Simão e a todos os Senadores aos quais fomos encaminhados e a quem agradecemos pela oportunidade de participar desta reunião.

Em nome dessas pessoas, queremos saudar os Deputados Estaduais, os palestrantes, os colegas que estavam aqui defendendo tanto um quanto o outro lado. Como é bonita a democracia, na qual se pode, efetivamente, demonstrar o que se pensa! Rico é exatamente dizer o que pensamos.

Eu poderia e deveria saudar outras pessoas. No entanto, não o faço porque sinto a ansiedade do nosso Presidente pelo horário que está se aproximando.

Senador, com a permissão de V. Exª, eu gostaria de usar o microfone sem fio e falar perto do quadro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – É claro que o senhor tem essa possibilidade.

Em 2003, houve um seminário internacional sobre a Convenção-Quadro para o controle de tabaco da Comissão de Seguridade Social e Família, presidida pelos Deputados Roberto Gouveia e Angela Guadagnin, em que estiveram presentes o Ministro da Saúde, Humberto Costa; Gilberto Verne Sabóia, representante do Ministro das Relações Exteriores; representantes do Mercosul etc. Faço esse breve registro sem causar polêmica. É verdade que, naquela ocasião, talvez não tenha havido a presença tão significativa de pessoas, como os senhores, que estão representando os produtores.

Estou até esquecendo da alimentação. Estamos aqui desde as 9h30min, pois houve uma primeira reunião. Posso transmitir ao senhor com toda certeza que eu e certamente todos os Senadores e Deputados

presentes estamos aprendendo muito, ouvindo todos os senhores e as senhoras. Hoje é um dia de aprendizado muito importante para todos nós. Estamos muito mais bem informados do que antes do início desta audiência pública. (Palmas.)

O SR. HAINSI GRALOW – Muito obrigado. Mais uma vez, isso prova a grandeza de nosso Presidente e das demais pessoas já nominadas.

Vou colaborar com os trabalhos, fazendo uma pequena e rápida menção sobre o que foi dito aqui de que poucas pessoas sabem efetivamente o que é a Convenção-Quadro. Ela começou lá com 192 países e 28 ONGs, que eram contrárias ao tabaco. No final de todas as manhãs e tardes, no fundo do plenário, eles tiveram a possibilidade de se manifestar. Nós também estávamos lá, mas lá fora, onde não podíamos participar. Lamento a dor da funcionária de Genebra que, por um lapso, me deu um crachá errado, permitindo-me entrar no plenário. Mas eu não entrei. O que aconteceu? Foi arrancado meu crachá, e me disseram: "Não. Você fica lá". Eu estava lá.

Cento e sessenta e oito países assinaram e 30 países ratificaram as assinaturas. Digo e confirmo: os fumicultores não tiveram acesso. Teria sido tão bom se fosse aqui, em uma reunião como esta, em que podemos nos manifestar contrariamente. Não seremos agressivos. Deus nos criou com toda paz. Não queremos nos bater, não queremos usar, de forma nenhuma, de agressividade. Assim não será nossa apresentação.

Algumas vezes, foi dito aqui que houve violência. Sr. Presidente, essa página foi publicada por nós nos jornais porque não agüentamos mais os agricultores que foram à Fubra, com a página de jornal, dizendo: "Representante do Ministério da Saúde sugere que produtores pensem em novas alternativas de sobrevivência". Sobreviver é brabo! Quer dizer, mal e mal, mas para sobreviver pode se fazer isso.

A previsão é de que as exportações sofram sérias restrições. Quantas campanhas, no Brasil, todos assinamos e até apoiamos? Agora temos até um lugar para vender nosso produto. De lá também vão nos tirar? Com a plena vigência da norma, a pessoa tal avaliou que as exportações de fumo brasileiro vão sofrer muitas restrições. Já se falou até em prazo: em cinco a dez anos, o cenário para a exportação será hostil e os reflexos vão ser sentidos – aqui está muito ruim de ler.

Então, o que provocou essa pane foi essa notícia que também foi assinalada pelos jornais e pelas rádios. Isso correu muito rápido. E, quando se fala em sobrevivência, quando se diz que também aqueles 85% exportados vão ser restritos, aí evidentemente o agricultor entra em pânico. Nós não temos mais do que a responsabilidade de encarar essa situação.

Esses são os países que ratificaram a assinatura. Apenas um tem expressão na cultura do fumo. Nós marcamos, com muita propriedade, a Índia, um grande produtor de fumo, que realmente ratificou. Gostaria de ver os outros vinte maiores produtores de tabaco do mundo, dos quais cinco são das Américas. Olhem para a cor verde: Argentina, Brasil, México, Estados Unidos e Canadá. Aí é que está o grande suporte. O que vamos ver agora? Países que já ratificaram – não vou ler todos: Bangladesh, Butão, Brunei

Darussalam, Cook Island, Fiji, Trinidad e Tobago, Srilanka, Solomon Island, Eslováquia, Cingapura, Seychelles, São Marino e assim por diante.

Então, se formos localizá-los, veremos que são pequenas ilhas, que, a olho nu, nós nem encontramos, mas aqui posso mostrar. Não conseguimos distinguir algumas flechas – não são produtoras de fumo, menos a Índia e mais alguns outros, contra os quais... Gostaríamos de ter os grandes países produtores...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Como V. Sª mencionou que, nas Américas, o México é um grande produtor e foi um dos que ratificou, este deveria estar em amarelo ali. Pelo seu critério, se me permite.

O SR. HAINSI GRALOW – Senador Eduardo Suplicy, tenho amigos fumicultores no México. Atualmente, eles ainda produzem 40 mil toneladas contra 850 mil, contra 2,4 milhões de toneladas da China, contra 400 mil toneladas dos Estados Unidos. Realmente, o México é um pequeno produtor.

Continuando, gostaria de estar no meio desses. O que temos em aspectos econômicos? Não dá para separar o econômico do social. É evidente que o que interessa é o social, mas quero ver desenvolver o social sem o econômico. Os maiores exportadores do mundo, 85%... Já foi dito tantas vezes aqui... Vamos passar adiante para colaborar com todos.

O que nós temos mais? Essas estufas, esses galpões, esses equipamentos para a secagem **(inaudível)** por lei, representam 2,7 bilhões de reais. Quero saber se vamos ser indenizados pelos 2,7 bilhões de reais. Quem vai pagar-nos? O que é para fazer? É para botar fogo? Como é que nós vamos destruir isso, quando muitas dessas pessoas têm financiamento em quatro, cinco, seis anos, conforme foi dito aqui? Como é que vai funcionar isso aí?

O tabaco representa um PIB de R$12 bilhões. Pode dizer isso para alguém, que nem me interessa, mas é a grandiosidade do nosso Brasil, é a nossa participação que nos ensinou tantas vezes a sermos os melhores produtores e conseguimos ser, muito pequenos mesmo, mas somos eficientes.

O que é que temos? Essa é a renda. Vocês não querem R$9 mil, então botem R$7 mil. O fumo não está a R$7 mil? Esse é o valor calculado. Um hectare de milho dá R$1.220,00, um hectare de feijão dá R$1.234,00. Temos 37 mil agricultores que não possuem terras. Eles moram na propriedade de alguém que cedeu dois a três hectares. Eles estão sobrevivendo com suas famílias naquele local, com seus filhos, indo à mesma escola, em que vão os filhos do proprietário da terra. Eles vão às mesmas festas, integram-se na mesma sociedade, e não queremos ver aquelas pessoas fora da sociedade. Aqui também já foi dito – dois mil para quatro milhões – não vamos repetir, 3,6 bilhões de receita para os fumicultores, aqui está nossa distribuição fundiária: sem terra, 37.620, 19,8%; de um a dez hectares, 69.790, ou seja, 36,7%. Se somarmos os que não têm terra e os que têm terra até 10 hectares, temos 56,5%. Então, realmente somos pequenos, extremamente pequenos. Eu desafio que alguém plante milho e feijão por mais. Isso precisa ser plantado. Eu quero aqui só lembrar algo: a Afubra tem, inclusive, uma exposição, uma expoagro para

diversificação de culturas. Estamos trabalhando, sabendo como poucas pessoas sabem – aqui está o Prefeito de Santa Cruz, a nossa Deputada de lá também – que aquilo em que mais se investe é exatamente em diversificação. No entanto, isso tem que ser programado. Esse é o nosso trabalho. Os senhores viram aí, rapidamente – para ganhar tempo – pessoas ainda trabalhando com tração animal.

A cobertura florestal. Se alguém quiser, podemos fornecer nominalmente. Todos, porque são cadastrados; eles são cadastrados e pode chegar lá para verificar se está certo: 26,3% de nossas pequenas propriedades são cobertas com florestas. Querem que eu assine? Eu assino. Isso foi feito no cadastro. Por que no cadastro? Porque temos um seguro agrícola, em que não se fazem estatísticas, e sim cadastro. É por causa disso que temos tanta segurança em formar isso aí.

Mais um pouco sobre a Convenção-Quadro: num primeiro momento, os que estiveram lá discutindo – e estávamos do lado de fora, naturalmente participamos – diziam o seguinte: "Vamos erradicar o fumo em nível mundial". Isso foi dito e repetido.

Segundo: "Substituir o tabaco por uma coisa alternativa". Ah, ficou muito mais bonito esse discurso, muito melhor! É esse que aplaudimos. E queremos realmente fazê-lo.

Terceiro: "Cada país criar mecanismos para alcançar o objetivo". Primeira reunião, segunda reunião, terceira reunião, quarta reunião, podem verificar quanto os países ricos aportaram de recursos para formar o Fundo Internacional para fazer a conversão, a reconversão. Ninguém aportou nada. Aí, na última reunião: "Agora vocês coloquem dinheiro lá, porque precisamos dizer para todo mundo que não vai faltar dinheiro, vamos fazer a reconversão custeados". Aí os senhores sabem quantos vieram? Nenhum país! Nenhum país colocou um centavo sequer. Mas aí se dizia o seguinte: "Está gravado e posso ser chamado para provar isso aí. A Convenção-Quadro tem que ser feita. Isso não tem como não fazer". Então, já que nenhum país colocou recursos financeiros para isso, cada país resolve seu problema com seus agricultores.

Quarta: agora se diz "ratificar para depois negociar". Como? Primeiro vamos lá assinar e, quem sabe, um país agora vai ficar generoso conosco e colocar dinheiro lá? Não. É o que eu estava entendendo que agora temos que ratificar. E aí vamos negociar. Sabe o que vamos negociar? A maior ou a menor exigência em relação a deixar o tabaco. Eu subscrevo, mas quero também saber quem é que está com o caixa.

Quinto: a nossa definição, a nossa sugestão, definir primeiro todo o processo de reconversão e ratificar depois. Aí, sim, temos poder de fogo. Muito bem. Alguém acredita que os antitabagistas, os outros países, não querem que o Brasil ratifique? Eles querem, sim. O nosso voto para isso é preciosíssimo. Agora, se já assinamos, para quê? Vai continuar como em nossa discussão em Genebra.

Já estou concluindo. Nós entendemos, e essa é nossa proposta, que a ratificação da Convenção-Quadro contra o fumo não pode ser aprovada sem antes ser definido – nada de radical –:

1. Apresentação de alternativas viáveis com garantia de preços e de mercado. Que atividades e culturas podem substituir o fumo a médio e longo prazo. Por favor nos inspirem para nos dar essa resposta. Definir antes todo o processo de reconversão. Essa é a nossa proposta.

2. Definição dos recursos para reconversão, mas queremos saber onde, como e quanto de dinheiro. De onde virão os recursos para atender 226.650 famílias do Brasil, não só do Sul. Não vamos esquecer o Nordeste, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, que têm produtores de tabaco para charuto ou então para aromático.

Com quem fica a administração dos recursos? Quem vai administrar esses recursos? Primeiramente quem vai administrar, quem vai dizer isso? Qual a garantia de que os recursos estarão disponíveis em tempo hábil? Plantar, a gente planta. E nós, principalmente no Sul, uma vez ao ano, porque temos quatro estações. Aí sim, serão necessários no mínimo 10 anos de experiência com outras atividades. Vou explicar o porquê. Quem tem uma criação de suínos agora está feliz da vida, porque, há muitos anos, não era tão bem pago.

Então, o que aconteceu? Quantas vezes os criadores de suíno faliram? Já que o preço estava tão baixo, ninguém criou, então, o preço agora está alto. O que vai acontecer? E podem me cobrar, dentro de um ano, no máximo dois, o preço vai estar lá embaixo. O que vai acontecer? Evidentemente vamos falir novamente. E nós, fumicultores, não queremos ser colocados dentro desse pretexto aí.

Resumindo, quando tiverem sido encontradas alternativas que realmente substituam o fumo, o projeto de ratificação pode voltar e ser apresentado. E vamos apoiar com muita segurança, como temos o hábito de realmente assumir os fatos.

Parece que li na memória dos Senadores o que estavam querendo fazer, mas peguei essa informação por aí. Convidamos os Senadores e os Deputados a visitarem as regiões fumageiras do Nordeste e do Sul do Brasil. Queremos que as pessoas que decidirão o nosso futuro, o que vamos fazer, vão lá, olhem o que estão fazendo. E se aí acreditarem que tudo deve ser desmontando, tudo bem. Por causa disso elegemos as senhoras e os senhores.

Naturalmente, com isso, quando falamos em atividades alternativas, entendemos que nem todos podem substituir uma cultura, temos consciência disso. Se uma atividade cultivada for aprovada, evidentemente com teste de 10 anos, vamos mudar naquela modalidade. Enquanto não for uma outra atividade, talvez, a segurança não suportou, vamos ter que começar a procurar outra cultura. Para isso, vamo-nos unir, com amor e carinho, para buscar soluções.

Fiquei feliz quando o Ministro da Saúde, hoje pela manhã, nos convidou para ir ao Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, na administração anterior – não sou político – não consegui uma vez falar com o Ministro da Saúde, estava umas 10 vezes lá. E veio na nossa localidade, dizendo: vocês são fumicultores e eu até quero que

vocês plantem mais fumo para exportar. Porém, não quero que vocês o usem no Brasil. Pelo amor de Deus!

O nosso Governo mudou. O Presidente da República tem carinho pelo povo e não tem maldade em seu coração, pelo que eu conheço.

Eu diria que realmente valeu este convite.

Vou lá e também quero que as pessoas vão lá. Aliás, há seis anos, algumas pessoas vieram a Santa Cruz – oito Ministérios. Creio que foi extremamente louvável a vinda deles.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Os nossos agricultores necessitavam daquela informação que precisávamos dar. E foi certo. Hoje, estou mais convencido do que nunca, porque se chamou a atenção para o problema. Se não tivéssemos feito isso, não teria ocorrido essa situação. O que ocorreu no primeiro momento, quando ligamos? Disseram: "Será votado". Todos sabemos disso. Quando chegamos aqui para expor a nossa verdade aos Senadores, S. Exªs falaram sobre o assunto com muita responsabilidade – isso me fez bem ao coração: "É verdade, o problema é um pouco maior do que imaginávamos. Devemos discutir esse assunto com mais profundidade".

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Afubra.

Neste momento, ouviremos a palavra conclusiva da Conselheira Mariângela Rebua de Andrade Simões, Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, que está representando o Ministro Celso Amorim.

A SRª MARIÂNGELA REBUA DE ANDRADE SIMÕES – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Em nome do Ministro Celso Amorim, quero cumprimentá-lo. O Ministro está participando de uma reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Manaus. Por esse motivo, estou aqui representando S. Exª.

Sr. Presidente, queremos cumprimentar V. Exª, porque o espírito da Convenção-Quadro é justamente este: um espírito democrático. Essa Convenção foi adotada pelo consenso de 192 países, depois de muitas discussões. O Brasil teve um papel de liderança baseado em sua legislação interna, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma legislação avançada, como já foi dito aqui por outros expositores.

Serei breve, dado o avançado da hora. E o Brasil continua como Presidente do Comitê Governamental que está na fase de implementação da Convenção.

É importante assinalar que essa é uma Convenção-Quadro. Como o próprio nome está dizendo, não se trata de uma convenção fechada, que impõe uma camisa-de-força aos países. É uma Convenção ampla, aberta para os países tomarem as suas medidas de acordo com a sua legislação interna, de acordo com a sua economia, respeitando todos os setores da sociedade civil e também os setores econômicos. É uma Convenção, portanto, democrática.

O debate que estamos tendo aqui não visa à colocação de dois pólos opostos. Ao contrário. Pretende justamente aproximar pelo debate democrático, que é o objetivo da Convenção. Portanto, temos todo o interesse que esse debate prossiga.

No início das negociações, em 2002, foi realizada uma audiência pública. A Convenção foi entregue à ratificação em agosto de 2003, também com um debate público sobre o tema.

Agradeço muito o convite. Estamos também abertos para discutir o processo da Convenção-Quadro.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado.

Quero assinalar que está presente nesta audiência o Deputado Henrique Fontana Júnior.

Passo a ouvir agora os Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, o debate foi formidável. Entretanto, lamento estar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reunida neste exato momento para, novamente, tentar votar, ainda hoje, o projeto relativo à Biossegurança.

Por isso, peço desculpas pelos Senadores ausentes nesta reunião, tendo em vista S. Exªs se encontrarem reunidos em outra reunião.

Repito: esta reunião foi realmente muito importante. Lamentavelmente, a Câmara cometeu um erro gravíssimo. Às vezes, a Câmara e o Senado cometem erros. O tal acordo de Lideranças é um absurdo! Acordo de Liderança deve ocorrer quando o assunto já está debatido, discutido e esclarecido, não havendo problema algum. Então, faz-se acordo de Lideranças. Agora, fazer um acordo de Liderança para um projeto, que chega aqui hoje, e, amanhã dá origem a um projeto como esse!? Isso não tem lógica. Os que reclamaram aqui, o fizeram com a mais absoluta razão. Não tem lógica! E, quando verificaram que o projeto estava aqui no Senado e que já estava sendo discutido na Comissão, assustaram-se, dizendo: “No Senado, será como na Câmara, ou seja, passará correndo”.

Realmente, a Câmara cometeu um equívoco grande. E não só a Câmara faz isso, o Senado também o faz, os chamados acordos de Líderes, em que se reúnem todos os Líderes. Caso todos forem favoráveis, se não houver ninguém contra, vota-se a matéria no mesmo dia. Quer dizer, não precisa passar por Comissão, não há prazo, não há nada. É algo que, na minha opinião, inclusive deve terminar.

Acredito que a reunião foi muito boa, Sr. Presidente. Mas, nem oito, nem oitenta. Nesta reunião, todos que falaram saíram satisfeitos, por pensarem que falaram bem. Eu penso que todos falaram muito bem e que todos têm razão. Temos que buscar exatamente a nossa responsabilidade. Onde está a virtude?

Em primeiro lugar, não é possível discutir que o fumo não tem, hoje, o mundo, a humanidade inteira contra ele. Quando meu primeiro filho nasceu, eu fumava cachimbo no quarto dele e não havia problema, porque diziam que a fumaça do cachimbo não fazia mal. Há dez anos, nasceu um outro filho

meu, e não me deixaram fumar cigarro nem a dez metros de distância dele. Por quê? Porque a concepção mudou. Aqui no Senado, por exemplo, não se fuma em lugar nenhum, nem nos corredores da Casa se pode fumar. Então, é uma prática que vem crescendo a cada dia, à qual temos que nos submeter. Algo semelhante vai acontecer em um determinado dia em que poderão suscitar a questão da bebida. Por que não a bebida? Um dia vamos chegar lá.

A Ministra do Itamaraty foi muito feliz ao dizer que não há legislação mais rígida no mundo do que a brasileira a respeito do tabaco. Estamos fazendo todo que é possível, inclusive por meio da televisão, para mostrar que o cigarro causa câncer. Quem fuma tem que escolher a marca, geralmente não querem aquele cigarro que causam outros males além câncer, escolhem um outro tipo de cigarro. Isto é uma realidade.

Devemos ser contra o fumo? Devemos ser contra o fumo. Vamos acabar com o fumo? Vamos acabar com o fumo. Vamos fazer uma campanha nesse sentido? Vamos fazer uma campanha nesse sentido. Agora, vamos ficar aqui. Além da Índia, qual outro país assinou? O Projeto de Kyoto o mundo inteiro assinou. Nós todos o assinamos. O americano não deu bola para ninguém. “ Eu não o assino, porque vai de encontro aos interesses da indústria americana. O que nos importa é a nossa indústria. Que se lixe o mundo!” Foi essa a resposta americana, e até hoje eles não o assinaram.

Como a senhora disse, é um quadro aberto. Cada um faz o que pensa que deve fazer. O que creio que o Brasil pode fazer, é até um belo trabalho nesse sentido, é o Itamaraty iniciar uma grande campanha para que os produtores de fumo, inclusive os norte-americanos e outros grandes produtores, assinem e, quando isso ocorrer, também assinaremos. Por que devemos tomar a iniciativa? Será até uma forma de pressão. Se assinarmos logo, não valerá mais nada. A nossa assinatura não valerá dois mil reis. Contudo, se o Brasil, que é o terceiro produtor, não assinar, teremos autoridade para falar. Vamos nos reunir com os grandes produtores para discutir com eles qual a saída comum.

Com toda a sinceridade, se somos o terceiro produtor do mundo e o primeiro exportador, temos que valorizar a nossa posição. Se assinarmos, desaparecemos, somos um zero à esquerda. Se o Itamaraty coordenar e reunir os que ainda não assinaram para saber por que não assinaram, ver como é, vamos dar uma saída para os produtores. No caso, teremos uma fórmula aparecendo e que está comandando o processo e não caindo fora dele.

Penso que é por aí: o Brasil topa o negócio, vamos reunir, vamos ver o americano assinar, vamos ver o Europeu assinar e, juntos, vamos encontrar a saída do processo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

A Conselheira Mariângela Rebua de Andrade Simões gostaria de fazer uma breve observação sobre as suas palavras.

A SRª MARIÂNGELA REBUA DE ANDRADE SIMÕES – Permita-me, Senador, apenas para esclarecer. Os Estados Unidos já assinaram a

Convenção. Cento e sessenta e oito países assinaram e agora estamos no processo para ratificar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Queira me desculpar, mas estou falando na ratificação. Os países assinaram como o americano assinou a de Kyoto, mas na hora de ratificar não a ratificou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Assinou também a de Kyoto e só falta ratificar? (Pausa.)

Não assinou. Assim, é um pouco diferente.

A SRª MARIÂNGELA REBUA DE ANDRADE SIMÕES – No caso da Convenção do Tabaco, como é a Convenção-Quadro, agora é que será implementada.

A ratificação dos países permitirá que participemos plenamente do processo de implementação e, aí sim, é que temos que colocar os interesses e que ela seja implementada da melhor forma possível. Ela coloca a descrição dos países para tomar as medidas que julgue necessáirias, isto é, não implica em que estejamos colocando toda a nossa economia à disposição da Convenção. Ao contrário, é uma Convenção bastante razoável em termos de nossa legislação que é mais restrita. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Deputado Adão Pretto havia pedido a palavra anteriormente, mas pediram aquela questão de ordem.

V. Exª tem o direito à palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, estou saindo porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está se reunindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se V. Exª puder me representar lá, agradeço-lhe.

Deputado Adão Pretto, V. Exª tem a palavra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, prezado amigo Senador Eduardo Suplicy, e demais colegas Deputados e entidades aqui presentes, gostaria de dizer que o Senador Pedro Simon reduziu em poucas frases o que realmente, na Câmara, deixamos passar despercebido.

Houve um acordo de lideranças e, como dizemos na Câmara, há o baixo clero e os iluminados. Quem não é líder, muitas vezes vai a reboque das lideranças, mas no Senado queremos cumprimentar V. Exª e o Senador Sérgio Zambiasi que tomaram a iniciativa, o que serviu para esclarecer os fatos. Na verdade, não é um bicho de sete cabeças como estavam pintando.

No Rio Grande do Sul, nesse fim de semana, passei na região que mais planta fumo, como Santa Cruz, Venâncio Aires, e ali realmente a grande preocupação do agricultor era se o Lula iria acabar com os produtores de fumo - nem foi o Lula quem tomou essa iniciativa; mas se passou a imagem de que o Governo Lula ia acabar com o plantio de fumo.

Essa reunião serviu para esclarecermos e quase todos que aqui falaram foram solidários com as argumentações do Ministro. Portanto, não há grande divergência e o que faltava era o esclarecimento.

Uma coisa que foi repetida e quero não ficar alheio ou batendo na mesma tecla é que a grande preocupação é com o produtor e que o agricultor terá que ser o mais privilegiado nessa história. E vejo que o agricultor poderá

deixar de plantar fumo no momento em que for possível uma produção tão ou mais rentável do que o fumo. O Governo terá de oferecer a oportunidade para que o agricultor saia dessa situação. Ele não pode ser atingido.

Senador Eduardo Suplicy, eu quis intervir no momento em que a companheira do Estado do Paraná referiu-se a interesses pessoais meus. Pretendia falar a respeito do que falarei agora. Todos falaram em defesa do agricultor. Ninguém é contra o agricultor. Isso é uma beleza. Existe um projeto de minha autoria na Câmara dos Deputados que trata da classificação do fumo. V. Exªs, Deputados e Senadores, sabem que o fumo é pago conforme a classe do produto. O fumo que vale mais, pela última informação que obtive, vale R$76,00 a arroba. E o fumo que vale menos, vale R$4,00 a arroba. Existem 48 classes. O agricultor classifica o fumo em casa. Digo isso com conhecimento de causa porque também plantei fumo, e uma das tarefas que considerava mais difícil era classificar o produto. Naquela época, havia 18 classes; atualmente são 48. O agricultor classifica o fumo em casa e o entrega às fumageiras, que classificam novamente. Elas têm o patamar de R$76,00 a R$4,00, e 48 opções. Que opção vão escolher para pagar o agricultor? O agricultor entrega o produto e fica de braços cruzados na expectativa. Não sabem quanto vão receber.

Recentemente, estive no Paraná debatendo o projeto, e um agricultor do Município de Marmeleiro ofereceu-me inclusive a cópia de uma nota. Ele vendeu fumo B-1 em dois fardos. Um colocou em seu nome, e outro em nome do filho. Pelo seu fumo foi pago determinado valor e para o filho pagaram a metade do valor, dizendo que era de outra classe – e foram retirados do mesmo monte, do mesmo galpão! Para que V. Exªs tenham idéia de como é explorado o agricultor.

Se é verdade que os Parlamentares estão tão preocupados com o agricultor, por que não são favoráveis a que o agricultor participe da classificação do produto? De acordo com o projeto inicial, o fumo deveria ser classificado na propriedade do agricultor. Para evitar que o projeto fosse derrotado na Comissão de Agricultura, foi retirado de pauta seis vezes, pois sentimos que seria derrotado. Então, negociamos e deixamos claro que não somos radicais: concordamos em classificar o fumo na sede do Município, desde que não seja distante mais de 100Km. E que os agricultores participem, juntamente com as fumageiras, na classificação do produto. Quando vejo os Parlamentares preocupados com o agricultor, fico na expectativa de que o projeto agora obtenha sucesso na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputado Adão Pretto.

Concedo a palavra ao Deputado Luís Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PPB-RS) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo e também ao Senador Sérgio Zambiasi, autor do requerimento, por trazer assunto tão importante e exposições favoráveis e contrárias à Convenção-Quadro. Creio que o ponto principal é este, em que podemos esclarecer. Não aconteceu como na Câmara dos Deputados, como

já ressaltou o Senador Pedro Simon com sua inteligência, em que, na calada da noite, alguma coisa foi aprovada praticamente sem a Casa saber. Houve um acordo de Líderes, em uma tarde de quinta-feira, quando há votação de matérias não se sabe bem a respeito de quê. E o questionamento que eu e certamente todos os Parlamentares, não apenas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sempre tivemos a esse respeito: como vocês votaram? Quer dizer, foi colocada essa situação e nem nós sabíamos desse assunto: quando se viu, passou.

Então, o importante é que se tenha traga esse ponto ao debate, Senador Suplicy, porque estamos falando de algo muito sério. Quando eu falava com V. Exª ontem, V. Exª me dizia: "Vamos ouvir os produtores, mas também queremos ouvir os oncologistas". Acho que isso é importante, Drª Tânia, que está representando o Ministro da Saúde agora.

Quero ressaltar, Drª Mariângela, algo que nesses acordos é muito importante. Há alguns anos, quando resolveram, no mundo, que iriam acabar com os subsídios agrícolas, o Brasil foi um dos primeiros a adotar essa medida – o Brasil, acatando recomendação dos Estados Unidos da América do Norte e dos países europeus. O Brasil, peitudo, resolveu acabar com os subsídios agrícolas no fim dos anos 80. E o que fizeram os norte-americanos e os europeus? Pisaram fundo no acelerador, Senador Suplicy, e hoje são os que mais subsidiam no mundo, enquanto nós estamos praticamente sem subsídios agrícolas.

Vejam o absurdo que cometemos há alguns anos, quando resolvemos acabar com os subsídios. E o que fazem os Estados Unidos? Como eles não têm preço hoje, não têm competitividade para concorrer com os brasileiros, subsidiam. Hoje, os agricultores europeus e americanos se assemelham mais a funcionários públicos, porque recebem de suas respectivas sociedades para plantar. Que não pequemos, neste caso, sendo novamente ousados, porque já tivemos esse exemplo negativo lá no fim dos anos 80, quando resolvemos acabar com os subsídios no Brasil. Alguns países nos acompanharam, mas os Estados Unidos e os europeus não. Esse é o primeiro ponto.

Foi exposta pelo ministro uma situação: para termos financiamento, temos que acatar o que diz o FMI e o Banco Mundial. Pergunto, Drª Mariângela: para pagarmos os mais de R$140 bilhões de juros da dívida interna e externa, que tínhamos que pagar em 2003, quem nos ajuda com isso? Falta dinheiro para a agricultura, para a educação, para o saneamento e para a saúde, Drª Tânia! Infelizmente, isso não aparece, e temos que pagar os juros que o FMI nos cobra aqui.

Tenho certeza de que o Presidente Lula, pela percepção que tem, e seu partido, Senador Suplicy, têm que pensar nessa gente que está aqui atrás, essa gente que está ajudando a pagar os juros que o País deve. Falta dinheiro para muita coisa, e isso ocorre justamente em função da exploração daqueles que vêm nos impor o que estão querendo fazer hoje.

Drª Mariângela e Drª Tânia, sou um engenheiro agrônomo, sou um produtor rural da cidade de Candelária, que é o segundo maior produtor de fumo do Brasil. Conheço a minha terra, Heinze, porque nasci lá, nos anos 50,

e vi o desenvolvimento que teve através dessa atividade. Há mais de quatro mil pequenos agricultores sobrevivendo disso. Ouvi alguém falar aqui que são explorados – acho até que são – pelas multinacionais do fumo, mas eles ainda têm uma renda que outras atividades não proporcionam.

É muito bonito bravatear, dizer que vamos abolir, que vamos substituir a cultura do fumo. Por quê, por que atividade, Drª Tânia e Drª Mariângela? No Brasil, hoje, há mais de seis milhões de propriedades rurais. De zero até cem hectares – portanto, pequenas propriedades –, temos em torno de 5,3 milhões.

Vou lhe passar alguns dados, Senador Suplicy – depois vou trabalhar melhor esses números, que são resultado de um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e da Embrapa, portanto idôneos, é trabalho que se chama "Pobreza Rural".

Nessas propriedades de até cem hectares – eles fizeram isso há seis ou sete anos, e o faturamento é medido em salários-mínimos –, na Região Norte, a média das propriedades fatura, em salário-mínimo de R$260, de hoje, R$6,667 mil. Se tivermos renda líquida de 10%, eles estão faturando R$666 por ano, quer dizer, não chega a três salários-mínimos. Três salários-mínimos, se tiver renda, pois às vezes têm prejuízo – sou agricultor, sei disso. Na Região Nordeste, o faturamento é de R$6,240 mil – renda bruta, por ano, e o faturamento líquido, se for 10%, será de R$624; na Região Centro-Oeste, é de R$13 mil, bruto, por ano; Região Sudeste, R$25 mil, bruto, por ano; e Região Sul, R$28 mil, bruto, por ano. Com R$28 mil bruto por ano, Senador Eduardo Suplicy, daria R$2,8 mil, 11 salários mínimos de R$260,00 bruto por ano.

Então, vou substituir por essa atividade que é explorada pelas multinacionais, como disseram aqui. São 2,5 hectares de fumo, área média das mais de 200 mil famílias que existem no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Eles estão faturando bruto R$28 mil por ano, Deputado Fontana. Isso dá uma média líquida de R$5 mil.

Vamos contar com a mão-de-obra que, segundo a doutora, é escrava. Se eu lhes contar que 90% da mão-de-obra são pessoas da família dá mais R$8 mil. Sabe quanto ganha uma família dessas com 2,5 hectares de fumo? R$13 mil por ano. Quem ganha R$1 mil por mês hoje no Brasil com essa atividade? Querem substituir pelo quê?

É por isso, Senador Eduardo Suplicy, que os agricultores não querem mudar. Foi dito que nós temos programas de diversificação. É ótimo. A irmã fala em três mil famílias. O que vamos fazer com 225 mil famílias? O Brasil tem dinheiro para reconverter essa economia? Acho difícil que tenha; não tem. Está aqui o crédito rural, outro dado para V. Exª, Senador Suplicy.

Hoje, o Presidente Lula, o Ministro Roberto Rodrigues e o Ministro Rossetto anunciam mais de R$40 bilhões de recursos para financiamento da agricultura. Sabe quanto representa isso? Trinta e cinco por cento dos agricultores têm acesso a esse crédito, com juros de 4% a 30%. E como o restante é financiado? Não existe dinheiro. Esse é um problema sério. Não podemos nos sujeitar ao que o FMI, o Banco Mundial e outros querem fazer,

como o exemplo que dei sobre o que aconteceu com os subsídios agrícolas no Brasil.

Infelizmente, vamos ter que conviver com esse fato. Ouvi os oncologista falarem. Senador Eduardo Suplicy, não somente o fumo causa câncer. A minha mãe teve câncer no fígado devido a cirrose hepática e nunca ingeriu uma gota de álcool. Existem outros fatores que causam o câncer. Há fumantes com 70 anos, 80 anos, 90 anos que estão vivos e fumando. Quer dizer, não é somente o fumo que causa o câncer. Esse é um dos fatores. Hoje, as ciências que estudam a mente falam disso. Tenho um caso particular com câncer de pulmão de um fumante. Os médicos, em Santa Cruz do Sul, disseram que ele estava com três meses de vida, Sr. Cláudio. Isso foi há um ano, em setembro de 2003. Usei a Medicina e outras coisas mais, e ele não morreu, está cuidando de seu bar em Candelária. Esses são pontos que temos de analisar. Quer dizer, não é só o fumo que mata. Outras coisas matam muito mais que o fumo. Quem sabe o número de desempregos que poderemos ter com essas mais de 500 mil famílias entre produtores rurais e todo o complexo do agro que gira em torno disso! Quem sabe essas pessoas, sem uma atividade para fazer, estarão se suicidando! Essa é uma preocupação.

Parabéns, Senador Eduardo Suplicy, por estarmos discutindo essa questão, tendo a oportunidade que não tivemos na Câmara dos Deputados, quando, na calada da noite, aprovaram um assunto tão importante que mexe com a vida de 500 mil famílias no Brasil. Depois, quero ver como o Governo dará condições a essas famílias, se não tem dinheiro – vamos ser realistas –, não tem recursos para fazer o que promete. No papel é muito bonito.

Foi citado aqui o Protocolo de Kyoto. Os americanos acabaram com os índios, acabaram com a floresta; os europeus também fizeram isso; agora, o Brasil tem que preservar os índios, a floresta amazônica... Tudo para eles. Eles não respeitam o Protocolo de Kyoto, não respeitam nada. Quem nos paga são esses agricultores. Parabéns a vocês que trouxeram esses agricultores para mostrar aos Senadores o que não foi mostrado na Câmara dos Deputados. Eles estão trabalhando e se não mudam de atividade é porque não têm opção. Dê-lhes outra opção.

Sei da miserabilidade em que vivem os produtores de leite, frango, suínos, soja, arroz. Sou agricultor e conheço regiões, Drª Tânia, no Estado do Rio Grande do Sul e pelo Brasil afora, com esses dados, com 50, 100 hectares, que não têm uma cadeia produtiva organizada como essa, em que, mesmo explorados pelas multinacionais, estão tendo esse padrão de vida. Conheço a minha terra, conheço a região toda, porque ando lá. Quero que vejam as casas onde eles moram, o padrão de vida que eles têm que, infelizmente, milhões de agricultores brasileiros não têm, porque não têm uma cadeia organizada e uma atividade que possa lhes render o que está rendendo.

Quanto ao trabalho escravo, como foi falado aqui, eu trabalho, Senador Eduardo Suplicy, desde os seis anos de idade. Se eu não trabalhasse atrás do balcão, com meu pai e minha mãe, eu não teria chegado aqui hoje. Então, jamais é trabalho escravo, como estão dizendo, botarem os

filhos para trabalhar. Eu trabalhei e, se não tivesse trabalhado, eu não estaria aqui hoje. Foi para me sustentar, junto com meu pai, minha mãe e meus irmãos, para fazer isso aí. Quanto ao trabalho escravo, como estão dizendo, as pessoas trabalham porque precisam trabalhar. Vão fazer o quê, se os pais estão se arranhando no arado de boi, como mostram as fotografias exibidas aqui?

Então, parabéns por estarmos discutindo esse assunto. Tenho certeza de que os Senadores vão fazer aquilo o que não fizemos na Câmara dos Deputados e vão corrigir essas aberrações que estão criando. Que o Governo brasileiro, Drª Mariângela, consiga discutir a proposta que o Senador Pedro Simon apresentou: vamos atrás dos outros, deixem os outros ratificarem para que, depois, ratifiquemos. Vamos fazer o que outros não fizeram? Por que não fizeram isso? Porque eles temem o Brasil, pela qualidade da nossa gente. (Palmas.)

Hoje, o Brasil é respeitado no mundo inteiro. Um produtor rural que não tem os subsídios que têm os europeus e os norte-americanos e que está batendo recordes de produção realmente é um herói. O produtor rural é um herói, por estar fazendo o que está fazendo, contrário ao que os norte-americanos, europeus e tantos outros estão fazendo hoje. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputado Luís Carlos Heinze.

Agora, passo a palavra à Deputada Kelly Moraes, também do Rio Grande do Sul, do PTB.

A SRª KELLY MORAES (PTB-RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Permita-me apenas informar que estão aqui o Coordenador do Programa de Controle de Tabagismo do Distrito Federal, Dr. Celso Antonio Rodrigues; o Dr. Paulo César, da Associação Médica de Minas Gerais; também o representante da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Francisco Jardim, e a Drª Luci Ishii, Presidente da ABAC-Luz.

Deputada Kelly Moraes, V. Exª tem a palavra.

A SRª KELLY MORAES (PTB-RS) – Cumprimento o Presidente desta Comissão e agradeço pela oportunidade de abrir o debate; o Sr. Gralow, que está representando a Santa Cruz e, sem dúvida nenhuma, toda a região dos fumicultores; o nosso Senador Sérgio Zambiasi, que também nos trouxe essa oportunidade; os colegas Deputados; e todos que estão aqui.

Vou dar um testemunho não como uma pessoa que foi lá visitar os agricultores. Vou dar um testemunho de duas coisas que quero deixar registradas, pois me chamaram a atenção. Por isso, vou dar o testemunho com muita propriedade. As pessoas da minha região e de Santa Cruz sabem que moro no interior de Santa Cruz do Sul e que, lá, os meus vizinhos são agricultores. Não vi nenhum morrer até hoje, por plantar fumo. Outra coisa que me chamou muita atenção: que eles trabalham 24 horas por dia. Isso não é verdade. Não posso concordar com isso.

Também no Vale do Rio Pardo – o Prefeito de Santa Cruz está aqui e representa o Vale do Rio Pardo –, não tenho conhecimento de trabalho infantil na área do fumo. Eu até gostaria de fazer um registro, pedindo ao

Ministério do Trabalho que nos apresente esses números. Não adianta vir aqui, falar na Comissão e não apresentar esses números. Então, quero deixar isso registrado neste momento. Vou fazer oficialmente ao Ministro do Trabalho o pedido sobre os dados do trabalho escravo. Então, não concordo com isso.

Sabemos de muitas coisas que foram debatidas aqui, mas os próprios colegas que foram agricultores estão aqui hoje, felizmente, nesta Comissão, debatendo e defendendo o tema. Meu colega aqui foi agricultor. Então, precisamos ter cuidado. É preciso também que o Ministério da Saúde e as entidades que estão defendendo cada um a sua área terem cuidado para não gerar pânico, porque as pessoas estão morrendo dia a dia. Respeito todos, mas também vamos ter o cuidado de dizer que os agricultores e as crianças estão morrendo. Por favor, vamos ter um pouco de coerência.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito obrigado, Deputada Kelly Moraes. Tem a palavra o Deputado Júlio Redecker.

A SRª MARGARETH MATOS – (Fora do microfone. Inaudível) ...Ministério do Trabalho, possivelmente em razão das informações que eu trouxe da exploração do trabalho infantil no Paraná, que é de cerca de 80 mil crianças, sim, mas passa ao Ministério Público do Trabalho, órgão ao qual pertenço, porque o Ministério do trabalho não vai nem saber do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Está bem.

A SRª KELLY MORAES (PTB-RS) – Peço os números para a senhora. A senhora os tem aí?

A SRª MARGARETH MATOS – Tenho o procedimento inclusive aqui.

A SRª KELLY MORAES (PTB-RS) – Então, fale se a senhora tem os números.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Um momentinho.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem. Vamos manter as inscrições com tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Certo. Se a senhora, depois, tiver os dados... Porque ela mencionou a situação no Município dela. A senhora estava falando no Paraná. Ela perguntou se a senhora tem os dados do Município...

A SRª MARGARETH MATOS – No Vale do Rio Pardo. Quanto ao trabalho escravo, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora tem os dados do Vale do Rio Pardo?

A SRª MARGARETH MATOS – Ela não falou do Vale do Rio Pardo. Está contestando a licença do trabalho infantil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Ela falou. Srª Margareth, a senhora tem os dados do Vale do Rio Pardo?

A SRª MARGARETH MATOS – Não tenho, mas coloco à disposição desta Comissão a cópia integral do procedimento investigatório, com mais de doze volumes, com toda a pesquisa que mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – A senhora não respondeu.

A SRª MARGARETH MATOS – Do Vale do Rio Pardo? Tenho o estudo do Ministério do Trabalho, que também posso mandar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Se a senhora tiver os dados sobre o Vale do Rio Pardo, a senhora encaminha que os encaminharei à Deputada Kelly Moraes.

Tem a palavra o Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB-RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, convidados, palestrantes, caros colegas, essa questão do Acordo-Quadro remete o Parlamento brasileiro a um dia de tristeza, porque, nos muitos anos que estou aqui, não consigo imaginar como, no dia 13 de maio, esse Acordo-Quadro entrou na Câmara e, por voto das Lideranças, foi aprovado e remetido ao Senado no mesmo dia. Furtaram o direito do debate, suprimiram a democracia na Câmara dos Deputados. Por isso, estamos no Senado, nesta oportunidade na Comissão, agradecendo ao Presidente Eduardo Suplicy a oportunidade de a Câmara também ter a participação e expor aquilo que seus representantes entendem por representar esse Acordo-Quadro.

É vergonhoso que a Câmara, com 513 Deputados, permita que uma matéria de tal importância passe batida dentro da Casa, secretamente, sem que a grande maioria dos deputados federais possa estabelecer o princípio do contraditório, que é salutar e necessário para a manutenção de qualquer democracia, principalmente no Parlamento brasileiro.

Registro aqui o meu descontentamento com a atitude que foi tomada pela Câmara dos Deputados e pelas Lideranças, que fizeram essa matéria de tamanha importância tramitar de maneira incompreensível, Sr. Presidente. Por isso, quando falam em acabar com o Senado – porque sempre há aquelas vozes dizendo: vamos diminuir a participação parlamentar, vamos acabar com o Senado –, quero dizer que o Senado é fundamental como Câmara Revisora e, neste caso, é demonstrada claramente a fundamentabilidade do Senado para permitir que possamos, quando erramos na Câmara, ter o Senado que possa corrigir ou, mesmo errando e voltando à Câmara, possamos ter o princípio do contraditório restabelecido nas nossas Casas.

O Brasil é um País magnânimo. Lembro-me aqui – o Senador Paulo Paim conhece muito bem esse assunto – quando tomamos a posição unilateral, no Governo passado, de proibir a exportação de armas leves para a América Central e América do Sul, estabelecendo tarifas de 150%.

Talvez o maior beneficiado tenha sido George Soros, um dos maiores acionistas da Smith & Wesson americana, que tomou conta do mercado da América Latina de armas leves, já que, nos Estados Unidos, as fábricas brasileiras têm 20% desse mercado.

Quer dizer, o Brasil entrega de bandeja um mercado. Não consigo entender o meu País, quando quer restringir o plantio sem fazer uma reconversão, porque se está lixando para o que vai acontecer com milhares de homens e mulheres que, não tendo outra atividade tão rentável, não saberão o que fazer. É um País que não se estrutura para proibir o contrabando, Sr. Presidente, que hoje ocupa um terço do mercado brasileiro

do consumo de cigarros; são 26 indústrias fabricadoras no Paraguai, onde não há inspeção sanitária, nem cobrança de imposto. Um terço do mercado brasileiro de mercados, hoje, é por meio do contrabando fabricado no Paraguai, que entra aqui dentro. Um País que não tem controle sobre seu mercado quer, mais uma vez, prejudicar a indústria legal e os produtores rurais, que não têm outra opção, neste momento, de promover uma reconversão com o mesmo ganho.

O Deputado Heinze, que falou aqui, o Henrique Fontana, o Adão Pretto, a Kelly e o Senador Suplicy, que tem sido um combatente incansável para a erradicação da pobreza, sabem que a campanha eleitoral é um benefício para a classe política, que consegue ver as mazelas do que acontece nos rincões do Brasil e nos interiores da grande cidade.

Fazendo campanha em Novo Hamburgo, encontrei uma senhora com 34 anos e oito filhos de quatro pais diferentes. O menor estava, desculpe a expressão, "cagado"; o dia inteiro ele não usava fralda. E ali estamos produzindo um cidadão. Lá, onde não há emprego, onde não há atenção do Estado, onde não há a participação de ninguém, onde não há o planejamento familiar, onde não há o reconhecimento de que temos uma tarefa de solidariedade com a nossa sociedade, não estamos agindo com a mesma veemência.

Quem é do comércio internacional sabe dos interesses: não há bonzinho, só chute na canela. Países se armam para desestruturar a produção de outros. Com todo o respeito ao nosso colega do Mercosul, fui Presidente da Comissão, conheço, tenho o maior respeito, trabalho pela integração, mas o próprio Presidente Kirchner, agora, está colocando mais restrições aos nossos produtos. Os Estados Unidos cansam de usar barreiras tarifárias, não-tarifárias e sanitárias contra os nossos produtos. O Embaixador Rubens Barbosa, quando da sua passagem por Washington, e também o Embaixador Paulo de Tarso faziam relatórios das barreiras que chegavam a elevar as tarifas até 48% sobre os produtos que eram mais vendidos pela nossa economia aos Estados Unidos. A questão da febre aftosa, o que sofremos aqui no Brasil! E vamos ajudar, neste momento, a levar o terror e o desemprego a milhares de famílias!

Não fumo, não há ninguém que fume na minha família, mas gostaria de dizer, com toda sinceridade, que a questão do emprego, a questão econômica – respeito que pensa diferente – é o suporte do social. Não há o social sem economia. Queria ver se haveria a atuação do Estado, se não houvesse salário para pagar os seus servidores; se não houvesse a economia no Brasil, onde se pagam 40%, Senador Eduardo Suplicy, quando a intervenção tributária na Argentina, no México, na Eslovênia, na Coréia do Sul é 20%. Os nossos concorrentes mundiais têm um ganho de produtividade de 20% sobre o Produto Interno Bruto, para fazer massa salarial aumentada, pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e tantas outras coisas, e o Brasil, quando tem um nicho para fazer exportação, para gerar emprego e bem-estar social, para diminuir a criminalidade...

Quero convidar as pessoas para irem a Santa Cruz do Sul – estão aqui o Prefeito Sérgio Moraes e a Deputada Kelly Moraes –, ao Bairro São

João, e olharem um projeto social que foi estabelecido lá, por meio do qual se reduziu a criminalidade, em um ano, em 83%, fruto da atuação e da solidariedade social das empresas associadas aos produtores.

Senador Eduardo Suplicy, gostaria de fazer um apelo – sei que V. Exª é magnânimo nessas situações e em tantas outras em que conversamos e trabalhamos juntos – para que os senhores Senadores dêem oportunidade às pessoas que aqui expuseram com convicção – e não duvido da convicção de ninguém – que o cigarro faz mal. Sei disso e não fumo.

O cigarro realmente hoje está sofrendo uma cruzada internacional, mas disse Hainsi Gralow com total propriedade – muitas pessoas olhavam para o Hainsi, com seu sotaque alemãozinho do interior, porque temos uma imigração muito grande no Rio Grande do Sul – que essa é a característica do nosso agricultor, que vem de baixo, pega no arado, trabalha, tem fé neste País, acredita no Brasil, paga os seus impostos, ajuda no desenvolvimento deste País, mas se depara com notícias como essas, dizendo que o Governo assinará um acordo-quadro, que o projeto passou na Câmara – e sabemos da máquina compressora, do rolo compressor que o Governo tem dentro do Congresso Nacional, dentro da Câmara dos Deputados.

E isso não foi iniciativa da Oposição, mas do Governo. É o Governo que tem maioria na Câmara dos Deputados e tem essas iniciativas. Quando o Governo faz com que o projeto tramite por um dia – entrou no dia 13 de maio e saiu no dia 13 de maio –, o que os produtores rurais vão pensar? Pensarão que está armada alguma arapuca no Rio Grande do Sul, alguma armadilha. Na realidade, se houver conversão, como diz Hainsi Gralow, que representa os produtores rurais: “Ele topa, ele quer, ele deseja”.

Assim sendo, Senador Eduardo Suplicy, quero pedir com toda a sinceridade que façamos um estudo para saber quanto custaria uma reconversão para que o Brasil pudesse fazer com que os plantadores de fumo tivessem outra cultura, mas não agora, de uma hora para outra, espalhando o terror, fazendo com que os produtores não tenham a mínima perspectiva de substituírem suas lavouras.

Estamos vendo a situação lá no Rio Grande do Sul. As pessoas nos atacam nas ruas. Também represento aquela região de Novamburgo, da fumicultura, e as pessoas desesperadas atacam perguntando: “É verdade que nós vamos ser proibidos de plantar fumo? É verdade que vocês nem tiveram a possibilidade de discutir no Congresso, na Câmara dos Deputados, esse projeto?” Eu disse: “É verdade”. Eu não sabia. Como é que vou saber de um projeto que entra de manhã e sai de tarde por acordo de Lideranças? É inadmissível. Nem o Senador Eduardo Suplicy conseguiria, com a sua esperteza, detectar um projeto com essa rapidez. Esse caso deve entrar no livro Guiness, porque foi o projeto que tramitou mais rapidamente dentro da Câmara dos Deputados em toda a sua História.

E não querem que desconfiemos da atitude do Governo, Henrique Fontana. Com todo o respeito ao atual Governo, Governos anteriores também combateram o fumo – inclusive o ex-Ministro da Saúde, José Serra, que era do meu partido –, mas não da maneira como está sendo feito. Sinceramente, Senador Eduardo Suplicy, espero que V. Exª resgate o

contraditório e nos dê a possibilidade de discutir o assunto lá, em meio aos produtores, para que eles possam conhecer o lado bom da política e não o lado rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Muito bem.

Muito obrigado, nobre Deputado Júlio Redecker.

Finalmente, concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana Júnior e, em seguida, à representante do Ministro da Saúde para concluirmos.

O SR. HENRIQUE FONTANA JÚNIOR – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. (Orador não identificado) – **(Inaudível. Fora do microfone.)**

A SRª (Orador não identificado) – **(Inaudível. Fora do microfone.)**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Um minuto, por favor.

Foram convidados para falar aquelas pessoas e representantes de entidades aprovados em requerimentos encaminhados pelos Senadores. Essas pessoas é que estão tendo o direito à palavra, além dos Parlamentares.

Todas as pessoas cuja participação foi requerida regimentalmente estão tendo o direito de falar, inclusive com uma generosidade de tempo como poucas vezes ocorreu. Foi dado o direito de fala para todos os lados.

Então, por favor, Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Obrigado, meu companheiro de Partido, Senador Eduardo Suplicy, nosso Presidente neste momento.

Quero cumprimentar os nossos convidados desta audiência pública: Drª Mariângela, Drª Tânia, ao Dr. Gralow, Srs. Parlamentares que falaram e a sociedade civil que está vivendo este momento democrático.

Quando temos uma discussão como esta, a população precisa ter o direito de fazer um debate que não seja marcado pelo maniqueísmo, pelo sectarismo, pela simplificação, pelo argumento do terror, pelo argumento do medo e assim por diante. É evidente que este assunto carrega um conjunto de contradições, como quase todos os que se discutem num Parlamento ou todos sobre os quais a sociedade decide. É evidente que as relações entre países, no âmbito do comércio internacional, como disse o Deputado Júlio Redecker, carrega um conjunto de contradições. É evidente que, quando vamos tomar uma decisão que pode incidir sobre um setor, há um conjunto de contradições dentro dela. Do meu ponto de vista, a maturidade de um dirigente político, de uma pessoa que atue na sociedade civil ou de qualquer um de nós exige que se busque uma composição, diante dessas contradições. E eu faço aqui um apelo – e vou debater este assunto muitas vezes – para que abramos mão do maniqueísmo, porque o maniqueísmo desinforma, assusta as pessoas e impede as pessoas de compreenderem o que está ocorrendo.

Então, por exemplo, quero fazer uma crítica pública ao meu colega de Parlamento Deputado Júlio Redecker. S. Exª se equivocou profundamente em uma informação que deu ao povo brasileiro que nos assiste pela TV Senado neste momento, quando disse que foi montado um rolo compressor de um ou de outros partidos políticos para aprovar essa matéria. Não! A

Liderança do Partido do Deputado Júlio Redecker, que é o PSDB, votou a favor da matéria. A Liderança do PFL, do PT, do PTB, de todos os Partidos que estão aqui votou a favor dessa matéria. Ele disse que o projeto entrou em um dia e foi votado no mesmo dia. Não sei. Vou tratar no campo dos equívocos de informação a fala do Deputado, mas esse projeto entrou aqui no dia oito de agosto do ano passado e foi votado em maio deste ano, ou seja, não foi em um dia e votou outro.

Foi feita, sim, uma reflexão e um estudo. Eu, por exemplo, estudei muito o projeto, li muitas coisas sobre o projeto. Então, não é razoável que se diga que o Parlamento vota sem saber o que está votando. Isso, aliás, nos coloca em demérito perante as pessoas que constituem o Parlamento. Eu estudei o projeto e quero ser franco com quem nos ouve, nos acompanha nesta audiência pública: é evidente que um parlamentar não pode compreender profundamente todos os projetos que são votados dentro do Parlamento. Estaríamos mentindo ao povo brasileiro se disséssemos que um parlamentar poderia estudar em profundidade todos os projetos que são votados no Parlamento.

Existem assessorias, equipes montadas, porque evidentemente tratamos aqui de temas que envolvem uma Convenção como esta, temas da transgenia, da saúde pública, da educação, do projeto Universidade para Todos, da infra-estrutura etc. É óbvio que um parlamentar não pode ler e estudar em profundidade todos os assuntos. Para isso existem assessorias que de, forma qualificada, informam os debates que ocorrem dentro das bancadas para que elas tomem as suas posições sobre como atuar.

Nós não podemos – e quero dizer publicamente, Senador, pela TV Senado – usar um assunto desses para fazer política partidária e eleitoral. Isso é uma irresponsabilidade. Eu tive que responder em três rádios nos últimos dias, Senador Eduardo Suplicy, a entrevistas que foram verdadeiros atos de terrorismo de candidatos a Prefeito que estão dizendo nos municípios que o Presidente Lula é contra o agricultor que planta fumo. Isso é uma mentira, uma manipulação de dados, terrorismo pré-eleitoral. Conheço esse tipo de guerra política. Sou jovem, mas já estou na política, militando e concorrendo a cargos eletivos há doze anos e passei por muitos momentos tensos de vésperas de eleição.

Então, apelo aos adversários políticos que tenho e que respeito não usem e não manipulem a consciência do nosso povo com assunto tão sério como esse. O Partido dos Trabalhadores, que represento nesta Casa, defende o agricultor brasileiro e as condições de vida do fumicultor e do seu plantio. Aliás, já que aconteceram alguns proselitismos normais num embate democrático como esse, vamos dizer aqui que o Governo que assinou o seguro agrícola é o governo que está dirigindo o país hoje, porque o agricultor lutou durante décadas pelo seguro agrícola e o agricultor familiar não tinha seguro agrícola e agora ele o tem, ainda de forma limitada.

O Governo que represento nesta Casa é aquele que elevou as fontes de financiamento para a agricultura familiar, os diferentes métodos e modos de Pronaf, de dois bilhões e duzentos milhões para sete bilhões. Em dois

anos, mais do que triplicou as fontes de financiamento para apoiar o nosso agricultor familiar e o nosso fumicultor.

Agora, devemos falar com franqueza ao nosso fumicultor e prepararmos esse trabalhador para essa longa transição, porque temos que buscar o equilíbrio. Sou médico, sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Saúde e jamais utilizaria o argumento maniqueísta de dizer "parem de produzir cigarros amanhã", porque isso é uma infantilidade, uma simplificação para quem tem uma sociedade tão complexa e cheia de problemas como a nossa. O mundo inteiro e o Brasil caminham para, progressivamente, de forma lenta, gradual, negociada, com mecanismos de compensação seguros, a fazer uma conversão lenta deste modelo.

Lembro-me de que, quando votamos uma lei que proibiu a propaganda de cigarros na televisão, como já existia em vários países, ouvi vozes que diziam que isso acabaria com o plantador de fumo. E era mentira. Não era verdade. E isso não vai acontecer de novo. O Presidente Lula, o nosso Governo, tem maturidade suficiente para continuar apoiando o fumicultor e compreendendo o peso que tem essa atividade no País. Agora, se os líderes desta atividade tentarem criar um ambiente de conflitividade e iludirem o nosso fumicultor de que ele não deve preocupar-se nas suas futuras gerações, dos seus filhos, dos seus netos, que ele vai precisar procurar encontrar outra cultura, que não substitua integralmente mas um pedaço progressivamente e dê boa rentabilidade, não estaremos protegendo o nosso fumicultor, e sim jogando-o numa crise futura que talvez seja incontrolável.

Essa questão deve ser dita ao fumicultor, e não dizer como alguns estão fazendo nas rádios do Rio Grande do Sul, na região de plantio de fumo, que eles devem votar em determinado prefeito porque o adversário é do PT e o Presidente Lula está contra o plantador de fumo. Isso é terrorismo, não é um debate adequado.

É evidente que a saúde pública e a atividade econômica precisam se equilibrar. Ninguém vai defender uma proposta simplificadora que diga para se tomar tal iniciativa a favor da saúde pública, mesmo que isso gere um conflito social enorme do ponto de vista do emprego. Agora, quando se usa um exemplo como o colocado pelo Deputado Heinze e talvez o Senador Pedro Simon indiretamente que vou contestar de que os Estados Unidos não assinou o Tratado de Kyoto – e vou acrescentar uma agora, porque eles não falaram – e não assinaram o acordo no Tribunal Penal Internacional para salvar as vidas que estão sendo chacinadas no mundo todo por ditaduras e por situações absurdas de desrespeito aos direitos humanos. Como dizer que isso é exemplo para o Brasil? Isso é um contra-exemplo. Os Estados Unidos precisam ser duramente criticados e não elogiados por isso. Senão, estaremos incentivando entre o nosso povo a cultura da submissão, estaremos afirmando que aquilo que os Estados Unidos fazem é bom para o Brasil, estaremos dizendo que, se eles não assinam tal acordo, também não devemos fazê-lo. Isso é cultura da submissão.

Quando os Estados Unidos erram – estou empolgado porque o embate está forte no Rio Grande do Sul –, devemos não seguir esse erro, mas trabalhar para que seja corrigido.

E a Convenção-Quadro – falo a todos os fumicultores que estão nos acompanhando – não tem o objetivo de prejudicar o plantador de fumo. Ela tem mecanismos para, de forma lenta e gradual, proteger nosso fumicultor, inclusive dando-lhe um espaço econômico melhor do que aquele ele tem para complementar a sua renda com outras alternativas e para criar uma curva, que é uma curva inexorável no mundo inteiro.

Em nome do Governo Lula, em meu nome, na qualidade de Deputado Federal, vamos acompanhar cada passo dessa caminhada e vamos com muita serenidade, sem maniqueísmo, com equilíbrio buscar uma alternativa adequada para os fumicultores e para o País. Tenho certeza de que isso é possível, e esse é o nosso desafio. O mais fácil neste momento é escolher um lado, fazer um discurso simplificador, sem, na verdade, encontrar uma solução real para um problema que é de fato desafiador para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Esclareço à Srª Paula Johns que eu já havia registrado a presença da Tabaco Zero, mas tenho que obedecer ao Regimento.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, sei da sua ansiedade, mas queria apenas 30 segundos para dizer três coisas, e faltou a resposta.

Disseram que há trabalho escravo no plantio de fumo. Não é um trabalho escravo igual ao que os fazendeiros têm. Domingo passei na região de plantio de fumo e vi jovens, mulheres plantando fumo, porque eram obrigados a plantar na época. Isso é um gesto de trabalho escravo.

Outra que não é mentira: o agricultor trabalha 24 horas por dia porque passa a noite cuidando do forno de fumo. E crianças trabalham, sim, na colheita do fumo. Sou testemunha disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Conselheira Mariângela Rebua Simões.

A SRª MARIÂNGELA REBUA DE ANDRADE SIMÕES – Senador, muito obrigada. Serei muito breve. Somente responderei às anteriores observações. O Brasil tem participado dessas negociações, defendendo o interesse do País. E o interesse do País é a saúde pública e respeito à sua economia.

Estamos trabalhando de acordo com a nossa legislação interna. É por isso que o Brasil liderou o processo pela sua própria legislação interna.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Obrigado.

Concedo a palavra à Drª Tânia Cavalcante.

A SRª TÂNIA CAVALCANTE – Gostaria apenas de falar sobre um ponto a que o Senador Pedro Simon se referiu sobre os Estados Unidos. É apenas um complemento.

Os Estados Unidos já produziram mais tabaco do que o Brasil. Hoje os Estados Unidos estão muito abaixo do Brasil. Eles estão retraindo a sua produção. Está-se reduzindo o consumo, e os Estados Unidos não dependem da ajuda internacional que estamos buscando por meio da Convenção-Quadro para ajudar os seus fumicultores, porque eles já estão se resolvendo internamente. A Índia, sim, por isso que ratificou, e é o terceiro maior país produtor. O primeiro é China; o segundo, Brasil; e o terceiro, Índia. E a Índia já está brigando pelo seu quinhão. Temos que ratificar, sim, porque, senão, ficaremos de fora. Os Estados Unidos não precisam disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Agradeço. Muito obrigado, Drª Tânia Cavalcante.

Agradeço a todos a presença. Foram mais de cinco horas de audiência pública. Tenho certeza de que esta reunião contribuiu muito para o esclarecimento do Convênio-Quadro.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 17h10min.)